Tribuna da Luta Operária

ANO V Nº 144 — DE 14 A 20 DE NOVEMBRO DE 1983

Cr$ 150,00

Conclat Praia Grande:

Trabalhadores exigem fim do regime militar

A luta pelo fim do regime militar e por um novo governo, nacional, democrático e popular, foi a principal resolução política do Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) de Praia Grande. Reunindo um setor ponderável do sindicalismo brasileiro, 1.256 entidades e 4.248 delegados, o Conclat lançou uma *Carta de Praia Grande* à nação.

Págs.8 e 5

Foto L. Carlos Leite

Os delegados votaram maciçamente contra o 2.065 e contra o regime militar

Greve contra o 2.065 paralisa São Bernardo

Na manhã de quinta-feira o movimento atingia as principais multinacionais do automóvel: Ford, Mercedes, Volks, Scânia. Os operários exigem 100% do INPC para todos. Pág. 4

Puxa-sacos do FMI aprovam decreto da fome

Assim o deputado Mário Juruna batizou os deputados do PDS e do PTB que fizeram passar o 2.065. Página 3

Sindicalistas pela legalidade do PC do Brasil

Para os líderes sindicais, a perseguição ao PC do B é prova do arbítrio reinante no país. Pág. 4

EDITORIAL

Serviço sujo

Os governantes estão sorridentes. Podem comparecer aos escritórios dos seus patrões do FMI e "apresentar serviço". Serviço sujo, mas é o que sabem fazer. Às custas da traição vergonhosa do PTB e do cerco ao Congresso Nacional para impedir a presença do povo, impuseram ao país o decreto-lei 2.065. Em troca esperam receber do Sr. de Laroisière a liberação de alguns dólares, que ficarão nos próprios bancos emprestadores, para cobrir parcelas da dívida externa já vencidas.

Mas é uma alegria falsa. Mesmo que saiam os tais empréstimos, não terão o dom de tirar o Brasil da situação calamitosa em que foi jogado pelos sucessivos governos militares — ou desgovernos. Qualquer solução que não inclua a suspensão da dívida externa só pode prolongar os sofrimentos e ainda criar novos problemas adiante.

E depois, as vítimas do 2.065, os trabalhadores, a classe média assalariada, os pequenos e médios empresários, não se deixarão matar de fome para engordar os lucros dos banqueiros internacionais. Até mesmo parcela considerável do mercado externo, tomará providências para se defender.

Os operários das indústrias de calçados de Novo Hamburgo já realizaram uma greve vitoriosa contra o arrocho. Os bravos metalúrgicos do ABC também recorreram à provada arma da greve. Os representantes de milhões de trabalhadores, reunidos no Conclat de Praia Grande, manifestaram-se por unanimidade contra o 2.065. E declararam enfaticamente que para sair da crise é essencial a conquista de um novo governo, nacional, democrático e popular. Estes exemplos e estas decisões de luta encontrarão eco nas fileiras populares em todo o país.

É de se ressaltar que ninguém, a não ser os próprios governistas, enterrados até o pescoço na lama dos compromissos com o FMI, apresentou qualquer defesa para este decreto da fome. Nem mesmo o PTB conseguiu encontrar uma justificativa para aprovar este monstrengo. Aliás, como já foi dito anteriormente, este acordo PDS-PTB não passa de uma "palhaçada".

A imposição do 2.065 é uma continuidade da política cega, desatinada, do governo Figueiredo, que não leva em conta o povo e a nação. É uma atitude de fôlego curto, de quem administra o país no improviso do dia-a-dia, tendo como único critério as exigências cada vez mais atrevidas do capital estrangeiro.

O 2.065, apesar de ter o mesmo conteúdo dos decretos anteriores, é apresentado como *mais ameno*, sem convencer a ninguém. Da mesma forma, a *nova* Lei de Segurança, tão arbitrária no seu conteúdo quanto a outra, é demagogicamente divulgada como se fosse um avanço. Enquanto isto, Figueiredo se vê obrigado a legislar por decreto, sob o tacão das medidas de emergência. Isto tudo mostra que este governo já não consegue manter as velhas formas de governar que usava até há pouco. É um governo falido que procura se travestir para ver se permanece no poder.

Mas entre aprovar o decreto-lei 2.065 e aplicá-lo, vai uma enorme distância. Entre o desejo do regime de se perpetuar no poder e a viabilidade prática disto, também existe um abismo profundo. A luta dos patriotas, dos democratas e do povo unido tem todas as condições de erguer neste espaço uma poderosa muralha. É hora de barrar a aplicação prática do 2.065 pela ação enérgica das massas. E é hora de discutir em todo o país as formas concretas de cumprir o apelo aprovado em Praia Grande: pôr fim ao regime militar para sair da crise!

Juvêncio Mazzarollo denuncia os inquisitores

Mazzarollo acaba greve de fome depois de 16 dias

O prisioneiro político paranaense exige revisão de seu processo no STM. Leia na pág. 3

Polícia Federal manda e desmanda na PM de São Paulo

Mudanças na cúpula da Polícia Militar foram imposição de Romeu Tuma, já apelidado "o vice-rei do Estado". Pág. 4

EUA e URSS acendem rastilho de guerra no Oriente Médio

Por trás dos conflitos, o dedo das superpotências. Pág. 2

Forças da reação depredam Sucursal-Arapiraca da TO

O atentado político objetivava intimidar os professores em cidade alagoana, em luta por melhores salários. Pág. 3

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Disputa interimperialista incendeia o Oriente Médio

Os Estados Unidos preparam uma intervenção em grande escala no Oriente Médio, sob o pretexto do ataque contra seu quartel-general em Beirute, que matou mais de 200 soldados. Reagan enviou ao Líbano 30 navios de guerra, com três porta-aviões e 300 aviões de combate. O chefe do Estado-Maior ianque anunciou estar na hora de "atacar os terroristas".

Soldados israelenses buscam os corpos dos sionistas mortos em Tiro

Israel se prepara para participar na nova intervenção americana, usando pretexto idêntico: o ataque contra o quartel-general do exército israelense em Tiro, sul do Líbano, no dia 4, que matou quase 50 soldados. O ministro da Defesa sionista, Moshe Arens, jurou vingança, afirmando que "o Líbano é um grande ninho, um abrigo de assassinos contra os quais combateremos". Israel colocou todo o seu Exército de prontidão e convocou os reservistas, preparando-se para a guerra aberta.

Não é de hoje que o Oriente Médio é palco da disputa acirrada entre os Estados Unidos e a União Soviética. Área extremamente rica em petróleo, num mundo capitalista em profunda crise energética, a região é um ponto estratégico primordial tanto do ponto de vista econômico como do militar, para os imperialistas.

Após a Segunda Guerra Mundial, o imperialismo ianque se consolidou como potência hegemônica na região, deslocando os italianos e alemães, bem como seus "aliados" ingleses e franceses. Além de aliciar os regimes reacionários árabes, Washington montou um Estado gendarme para agir como policial de seus interesses no Oriente Médio — Israel, criado em 1948. Desde a sua fundação, o Estado de Israel se caracterizou como a principal base de apoio ianque na região. Os EUA alimentaram e armaram todo o expancionismo genocida dos dirigentes israelitas, como ficou evidente na seqüência de guerras movidas por estes contra os países árabes vizinhos em 1956, 1967, 1973 e no ano passado.

Quando os sionistas de Tel Aviv não dão conta do recado, os imperialistas norte-americanos não hesitam em intervir diretamente. Foi o que aconteceu em 1958 no Líbano, quando 20 mil soldados dos EUA foram enviados para esmagar uma rebelião contra o governo do presidente Camill e Chamoun, aliado de Washington. E também o que volta acontecer hoje, com as tropas sionistas forçadas a recuar para o sul em função da gigantesca oposição interna à sua permanência no Líbano. As tropas norte-americanas tiveram que se envolver diretamente nos combates, tentando impor o regime totalmente desmoralizado do falangista Amin Gemayel.

Imperialistas soviéticos buscam espaço na região

Ao desenvolver uma política de natureza imperialista na década de 60, a União Soviética logo se lançou também sobre o Oriente Médio. A principal peça de sua estratégia expansionista nesta região dominada pelos Estados Unidos foi a aproximação com os novos regimes dos países árabes. O marco desta política soviética, socialista em palavras mas imperialista na sua essência, se deu com a visita de Kruschev ao Egito em 1964, quando ofereceu 300 milhões de dólares para financiar o plano qüinqüenal do país. Esta política rendeu frutos nos anos 60, atraindo para a órbita de Moscou um número razoável de países da região.

Mas as contradições da política soviética, em especial a sua vacilação perante as contínuas agressões ianque-israelenses, fazem a URSS engolir uma coleção de reveses a partir da década de 70. Em 1972, o presidente egípcio, Anuar Sadat, rompe com Moscou e expulsa todos os conselheiros soviéticos. O Iraque, que substituiu o Egito como grande aliado árabe da URSS, também rompe com o Kremlim, e se reaproxima do imperialismo ocidental no final da década. Este crescente isolamento na região estratégica do Oriente Médio, num momento em que a questão da guerra entre os dois gigantes imperialistas se coloca na ordem do dia, levou os dirigentes de Moscou a invadir o Afeganistão no final de 1979, para tentar assegurar uma base de apoio e intervenção na região.

Um dos últimos aliados soviéticos no Oriente Médio é o regime de Hafez Assad, na Síria. Na invasão israelense do Líbano no ano passado, tanto os sírios quanto os soviéticos não fizeram mais do que emitir condenações verbais. Não estavam dispostos a comprar a briga com os ianques e os sionistas naquele momento. De lá para cá, no entanto, Moscou vem armando a Síria até os dentes, e alimentando uma postura de confronto na região. Além das poderosas baterias SAM-6, a URSS vem instalando na Síria o míssil conhecido como SS-21, que nunca foi levado para países fora do Pacto de Varsóvia. O governo da Síria também ordenou a mobilização geral das suas forças armadas e convocou os reservistas para enfrentar o iminente confronto com as tropas sionistas e americanas. Este conflito pode arrastar a União Soviética para uma participação direta, já que existem cerca de 5 a 7 mil "assessores" servindo no Exército sírio, inclusive em algumas unidades do Líbano. A força naval soviética também se encontra atualmente na área, embora não se compare ao poderio da esquadra norte-americana.

Conversações de paz entre os paus mandados.

Neste quadro, as conversações pela "reconciliação nacional" entre as diversas forças adversárias libanesas em Genebra não oferece qualquer esperança de evitar o confronto. Não adianta nada reunir paus mandados para discutir sobre a "paz" se os verdadeiros mentores e mandantes apostam abertamente na guerra. Prova disso é que a primeira semana de negociações se ocupou unicamente em discutir a disposição dos representantes à mesa.

(Luís Fernandes)

Ação dos EUA também no Irã

A guerra Irã e Iraque, que já dura 4 anos, também abre caminho para a intervenção aberta do imperialismo norte-americano no Oriente Médio. Ao instigar no início a invasão do Irã pelo Iraque, Washington objetivava derrubar o regime antiimperialista iraniano e restaurar o governo pró-ocidental. E ainda agravar as contradições no seio do mundo árabe, para impedir a sua unidade na luta contra as agressões de Israel.

Com a conflagração aberta no Oriente Médio, o imperialismo norte-americano se prepara também para intervir nesta guerra, derrotar o Irã e assegurar o controle do estratégico estreito de Hormutz, que por sua vez controla o escoamento de petróleo para o ocidente via Golfo Pérsico.

Washington prepara agora uma força de intervenção, composta pelos governos árabes reacionários da região. Os EUA estão treinando uma tropa de choque jordaniana com mais de 8 mil soldados. E o ministro do Exterior do Omã também anunciou que os países do Golfo vão partir para uma reação conjunta contra a ameaça de bloqueio do Irã.

Manifestação contra os generais turcos, à frente o P.C.R.T.

Ditadura turca perde eleições

Três anos após um sanguinário golpe militar arquitetado em Washington, a ditadura militar da Turquia acaba de sofrer uma importante derrota nas eleições para o Parlamento. Apesar de todo o terror e casuísmo. O Partido Nacionalista Democrático (PND) dos generais fascistas, foi derrotado fragorosamente.

A Turquia é um país de enorme importância estratégica. Aliado tradicional dos EUA e membro da OTAN, tem fronteiras com a URSS e o Irã. O golpe de setembro de 80 foi desfechado num momento de aguda instabilidade política e crescente luta popular. Estouravam no país poderosas mobilizações de trabalhadores e estudantes.

GOLPE PRÓ-AMERICANO

O golpe foi desfechado com a orientação da OTAN para evitar a instabilidade "neste flanco" decisivo do ocidente. O que se seguiu foi um verdadeiro massacre, com a morte de milhões de patriotas e revolucionários. As mais importantes fábricas do país foram ocupadas militarmente. As prisões se lotaram com dezenas de milhares de prisioneiros políticos. Só o Partido Comunista Revolucionário da Turquia, vanguarda da classe operária turca, teve mais de 3 mil de seus militantes presos.

POVO TURCO QUER LIBERDADE

As últimas eleições eram uma tentativa de legitimar o poder militar. O general ditador Kevan Evren só permitiu a inscrição de três partidos e impos uma série de casuismos "A la Figueiredo". Não adiantou. Evren ainda tem mandado de seis anos, mas a derrota abre novas perspectivas de luta. O povo turco está demonstrando que não pretende esperar até 1989 para ter uma Turquia livre.

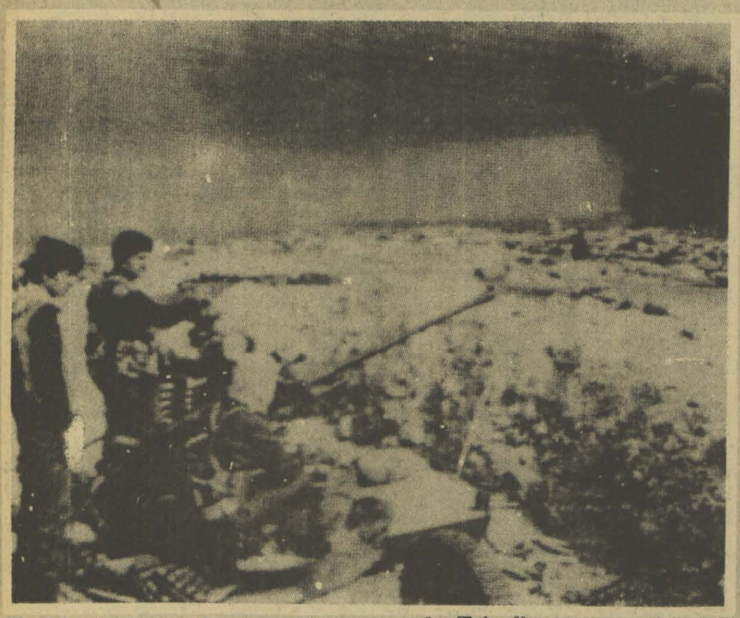
Invasão de Granada leva os EUA ao isolamento

Três semanas após a invasão de Granada pelos Estados Unidos, já é possível um balanço inicial do episódio. Militarmente os *marines* ianques venceram. Só o Exército americano tem mais de 20 vezes a população de Granada, sem falar nos 528 mil homens da Marinha e 558 mil da Força Aérea de Reagan. Os EUA gastam muito mais em um dia com seu sistema militar do que toda a renda nacional anual da ilha invadida. Mesmo assim, a resistência dos granadinos foi heróica, e durou quase duas semanas. Ao invadir, os *marines* pensavam resolver a questão em menos de 48 horas. Isto, mais do que tudo, desmente as afirmações da imprensa americana de que 90% da população de Granada apoiava a invasão. Sem apoio popular, a resistência nunca poderia ter durado tanto. O argumento apresentado por Reagan, de que havia 1.500 soldados cubanos lutando, não resistiu aos fatos. O próprio Departamento de Defesa dos EUA foi forçado a admitir que só 750 cubanos estavam na ilha, a maioria trabalhando...

CONTRADIÇÕES COM OS EUA

Por outro lado, a invasão aumentou as contradições no bloco capitalista ocidental. Reagan criou problemas sérios até mesmo a nível de seus mais fiéis parceiros imperialistas. A Inglaterra sentiu-se profundamente ofendida. Afinal, Granada era membro do Commomwelth britânico, e Londres não foi sequer consultada sobre a invasão. Até a China de Deng Xiao Ping condenou a ação ianque. A preocupação é clara: se Reagan não respeita as regras do jogo nem com seus parceiros europeus, quanto mais com uma aliada menos afinada, como a China.

E mesmo os governos lacaios mais próximos de Washington tiveram dificuldades em endossar a ação contra Granada. Na América Latina apenas as ditaduras militares da Guatemala e do Paraguai se pronunciaram abertamente a favor. E o chanceler Fidel Chavez Mena, do governo de Pinochet, do Chile, condenou a invasão.



Canhão antiaéreo dos palestinos, perto de Trípoli.

Sírios bombardeiam a Wafa

Apresentamos um despacho da agência palestina Wafa sobre a operação militar desencadeada pelos sírios contra o acampamento da OLP:

"No dia 7 de novembro as forças sírias bombardearam o escritório principal da 'Falestine Thawra', jornal central da OLP, e o escritório principal da agência de notícias palestina Wafa, que ficam no mesmo prédio no campo de refugiados de Badawi, causando a destruição total do edifício.

Os escritórios da Falestine Thawra e Wafa não foram estabelecidos para lutar contra o regime sírio e sim para defender a causa palestina no conflito árabe-sionista e contra o imperialismo norte-americano. O regime sírio está tentando, através desse bombardeio fascista selvagem, silenciar a voz palestina.

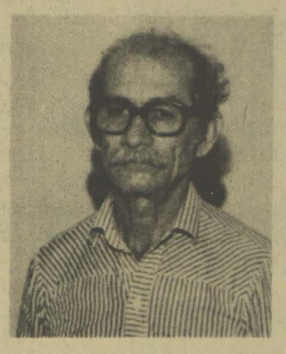
A ação do regime sírio contra a revolução palestina se estendeu a Damasco. No dia 7 de outubro, o Serviço de Segurança sírio ocupou os escritórios da Wafa e o Centro de Informações Unificadas, entregando-os aos dissidentes pró-sírios da Al Fatah.

Face a esta situação sentimos que a imprensa, nossos colegas de jornalismo, a mídia de informações e a União de Jornalistas Árabes Internacionais no Mundo, jamais aceitarão este ato fascista contra a imprensa palestina. Esperamos que nos apoiem para que possamos cumprir nossa missão profissional". Wafa.

Os invasores soviéticos desfilam no Afeganistão.

Militar sionista cobre o corpo de um dos mortos na explosão do QG.

Orientação Segura



A Tribuna Operária é o jornal que os trabalhadores e o povo brasileiro têm hoje para defender seus interesses. Por isso assinei e tenho na leitura da Tribuna Operária uma orientação segura para o trabalho junto aos companheiros trabalhadores.

Sebastião Alves Brito, *presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Sabão e Velas do Maranhão. Membro da Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora.*

Desejo receber em casa a *Tribuna Operária*

( ) Anual de apoio (52 edições)	Cr$ 10.000,00
( ) Anual Comum (52 edições)	Cr$ 5.000,00
( ) Semestral de apoio (26 edições	Cr$ 5.000,00
( ) Semestral comum (26 edições)	Cr$ 2.500,00
( ) Exterior, anual	70 dólares

Envio cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda.,
Rua Adoniram Barbosa, 53 (antiga Travessa Brig. Luiz Antonio) - Bela Vista - São Paulo, SP - CEP 01318

Nome: .....
Endereço: .....
Cidade: ..... Estado: ..... CEP: .....
Profissão: ..... Data: .....

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Após 16 dias, Mazzarollo suspende a greve de fome

Após 16 dias em greve de fome e com o organismo bastante debilitado o jornalista Juvêncio Mazzarollo, preso político em Curitiba, suspendeu-a na manhã de quarta-feira. O ato, em protesto contra a decisão do STM de ampliar sua pena de dois para quatro anos de prisão, foi suspenso, pois surgiram perspectivas concretas de revisão de seu processo.

Foto jornal "Nosso Tempo"

Mazzarollo: "estão me roubando estupidamente a vida"

Mazzarollo encontra-se detido há mais de um ano simplesmente por ter denunciado no jornal **Nosso Tempo,** de Foz do Iguaçu, a corrupção do governo e o envolvimento dos militares. No dia 23 de outubro iniciou a greve de fome em protesto contra a decisão do Supremo Tribunal Militar que ampliou sua pena de dois para quatro anos de prisão sem ao menos ouvir o réu ou a defesa, num "julgamento" feito às escondidas. Além de protestar contra a decisão do STM e exigir sua revisão, o jornalista apela ao Supremo Tribunal Federal para que julgue com a máxima urgência o recurso encaminhado exigindo o relaxamento das condições de prisão. Ele encontra-se detido no Corpo de Bombeiros do Portão, em Curitiba.

"ROUBAM-ME A VIDA"

Nestes 16 dias Juvêncio não comeu nada, viveu à base de água e chimarrão. Seu estado de saúde é precário, com o organismo bastante enfraquecido. Seu protesto comoveu toda a sociedade civil. O próprio governador do Paraná, José Richa, do PMDB, envolveu-se diretamente no assunto. Viajou para Brasília para interceder pelo preso. Numa longa carta onde explica as razões da suspensão da greve, Mazzarollo afirma que os objetivos do protesto foram alcançados e que há "perspectivas concretas da revisão do processo" e do abrandamento das condições carcerárias, que lhe foram apresentadas pela visita de dois juízes da Auditoria Militar.

No 15º dia de greve de fome, o jornal **Nosso Tempo** divulgou uma carta de Juvêncio onde ele pinta o quadro sombrio e angustiante da sua prisão: "Estão me roubando estupidamente a vida por razões fúteis", diz Mazzarollo, que prossegue: "Nada, absolutamente nada justifica uma punição tão severa. Não posso mais permitir que inquisitores fascistas continuem fazendo de mim o pasto em que saciam seu sadismo e que desempenham, às minhas custas, o papel de opressores de toda a sociedade".

Mais adiante relata o depoimento de um dos quatro oficiais do Exército que o condenaram, onde mostra que não há razões para a prisão: "Ele disse que não havia argumentos da acusão que justificassem a condenação. Confirmou que a sentença foi encomendada, arranjada. O próprio oficial que fez esta revelação confirmou que seu voto condenatório foi dado contra sua consciência. Sem comentários..." Explica as razões do protesto, criticando a condenação injusta e as "condições primitivas, indecentes e ingratas em que sempre fui mantido no cárcere".

Traição do PTB ajudou o PDS a aprovar o 2.065

A aprovação do decreto-lei 2.065 foi uma das paginas mais negras da história do Congresso Nacional. Políticos do PDS e do PTB transformaram a sessão do dia 8 em um verdadeiro rolo compressor, para atender às exigências do FMI. Foram 245 votos a favor e três contra. A liderança do PMDB orientou seus parlamentares para que se retirassem da sessão.

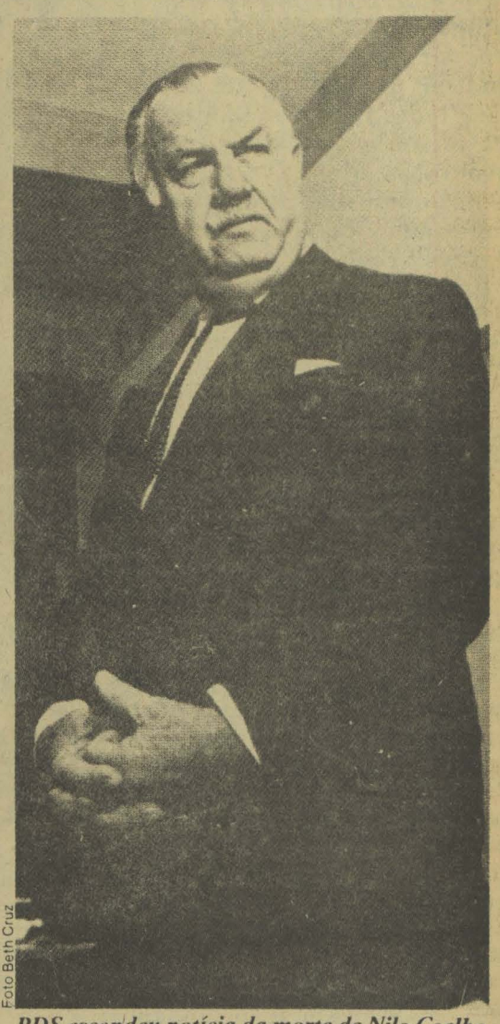


Foto Beth Cruz

PDS escondeu notícia da morte de Nilo Coelho

A trajetória do 2.065 no Congresso foi marcada pelo arbítrio e violência. Em apenas dois dias a Comissão Mista encarregada de examinar o decreto, totalmente manipulada pelo PDS e pelos traidores do PTB, aprovou um parecer favorável do relator, senador Marcondes Gadelha, passando por cima de todas as regras regimentais acenadas pelos representantes dos partidos oposicionistas.

Diante das tramóias, o senador Severo Gomes leu uma nota do PMDB: "Esta Comissão Mista transformou-se, pelos atos aqui vividos, em um órgão homologador de decisões internacionais tomadas à revelia da Nação. Por este motivo, a bancada do PMDB retira-se agora, voltando as costas aos que se subordinam aos interesses externos, para ficar com a Pátria".

Aprovado o relatório, o PDS e o PTB forçaram a realização de uma das mais longas sessões do Congresso. Foram quase 11 horas de trabalho, onde a bancada oposicionista utilizou todos os recursos possíveis para impedir a votação, visando obstruir o acordo de traição nacional, firmado entre PDS e PTB.

OCULTANDO O CADÁVER

Mas os vendilhões da pátria arrastaram a sessão até às 5 horas da madrugada e aprovaram o 2.065. Dois deputados do PMDB, Carlos Peçanha (RJ) e João Agripino (PB), contribuíram para que o governo conseguisse o número necessário para avalizar a votação desrespeitando a orientação do líder do partido, deputado Freitas Nobre, para que todos se retirassem do plenário. Dentre os deputados do PTB, Jorge Cury e Farabulini Jr foram os únicos a não comparecer para votar. Os outros correligionários de Ivete Vargas compactuaram com a traição ao povo e trabalhadores.

O deputado operário Aurélio Peres (PMDB-SP) dá conta de rumores de que "o Congresso Nacional votou matéria nociva à nação e particularmente à classe operária, com o cadáver de seu presidente ocultado". Por volta das 11 horas da noite de terça-feira, alguns políticos foram informados de que o senador Nilo Coelho havia falecido. Mas o PDS teria omitido a informação, pois caso contrário a sessão seria suspensa, atrapalhando a sua estratégia para impor o 2.065.

O deputado Mário Juruna (PDT-RJ) lamentou: "Vi os *puxa-sacos* do FMI aprovarem um decreto que só serve para explorar ainda mais o nosso povo. Isto não pode mais acontecer". **(Moacyr de Oliveira Filho, Brasília).**

Governo muda a roupa da Lei de Segurança Nacional

O general Figueiredo enviou ao Congresso Nacional o projeto da nova Lei de Segurança Nacional. O conjunto da sociedade exige o fim da lei fascista. Mas o regime militar insiste em mantê-la e, apesar da repulsa dos democratas e patriotas, trata de adaptá-la "à evolução atual da sociedade brasileira", conforme a exposição de motivos do projeto.

A LSN, de roupa nova, continua draconiana. Os militares, responsáveis pelo regime vende-pátria instaurado em 1964, continuam se arvorando em "defensores da nação". O que eles consideram crimes contra a "segurança nacional" continuará sendo julgado pela Justiça Militar. Um tribunal de exceção que notabilizou-se pelos ouvidos moucos às denúncias de torturas e assassinatos de presos políticos feitas pelos réus, e pela severidade das penas aplicadas contra democratas e patriotas

Segundo o projeto da nova LSN, alguns "delitos" passam a ser julgados pela Lei de Imprensa (sua irmã de arbítrio); é introduzida a suspensão condicional para as penas não superiores a dois anos; a greve de funcionários públicos deixar de ser considerada ofensiva à "segurança nacional" (mas continua proibida); e os presidentes dos três Poderes da União podem continuar a invocá-la quando acharem-se atingidos em sua honra.

Mesmo com o novo projeto, o governador do Espírito Santo, Gérson Camata (PMDB), continuará sendo processado, devido a discursos feitos durante a campanha eleitoral, da mesma maneira que o ex-deputado Freitas Diniz. Os jornalistas Juvêncio Mazzarollo, que esteve em greve de fome no Paraná (veja box) e os diretores do "Hora do Povo", Cláudio Campos, Ricardo Lessa e Pedro Camargo, continuarão encarcerados. Os padres Aristides Camio e François Gouriou e os posseiros do Araguaia condenados pela LSN terão suas penas reduzidas, mas não anuladas.

O presidente da OAB-SP, Márcio Tomás Bastos, considerou a LSN "um resquício ostensivo do autoritarismo, que tem que ser revogada e não reformada. A nova lei continua autoritária. Um dos exemplos disso é que o encarregado do inquérito pode decretar a prisão do acusado por até 30 dias e a incomunicabilidade por oito dias".

José Luiz indiciado na LSN

Sob orientação do governo federal, a polícia de São Paulo realizou mais de 30 prisões de pessoas que trabalhavam na preparação do ato em defesa da legalidade do Partido Comunista do Brasil, que seria realizado dia 28 na Assembléia Legislativa. José Luiz Passos foi um desses presos. Ele ficou encarcerado do dia 27 até o dia 4. Foi instaurado inquérito para processá-lo com base na fascista Lei de Segurança Nacional.

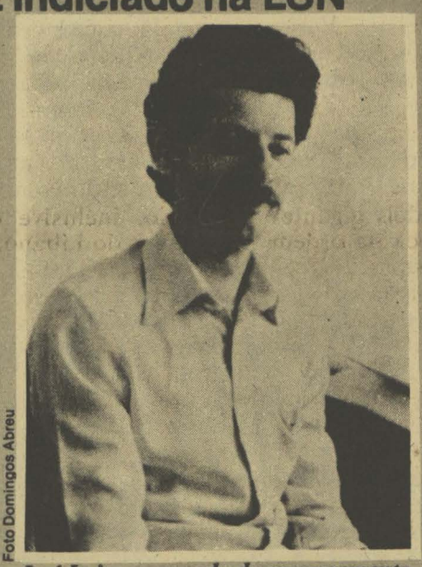


Foto Domingos Abreu

José Luiz: ameaçado de espancamento

José Luiz conta que foi detido pela Polícia Militar, que cercou a kombi que ele dirigia, quando era abastecida num posto de gasolina: "os policiais me levaram à Polícia Federal. Lá fizeram uma série de provocações. Perguntaram onde era impresso o jornal "Classe Operária", do PC do B. Eu disse que não sabia. Aí o agente Tupã Ciretã me ameaçou: 'Na hora em que a gente te encher de porrada, você vai lembrar...'"

O prisioneiro foi levado ao xadrez, no porão da PF: "Havia alí 14 presos — traficantes de tóxico, falsificadores de dólares, a Máfia. Tem gente presa lá há 10 meses, sem tomar sol. Nos oito dias em que fiquei detido, não tomei sol. Fui visitado pelo vereador Valter Feldman. O advogado da Ordem dos Advogados do Brasil, encarregado de dar assessoria jurídica ao ato pela legalidade do PC do Brasil acompanhou o meu caso." Ao deter José Luiz, a Polícia Federal apreendeu também grande quantidade de livros da Editora Anita Garibaldi.

Joaquinzão sai do PTB

Ao se prostituir, ajudando o governo a aprovar o decreto-lei 2.065, o PTB de Ivete Vargas apunhalou seus eleitores e perdeu suas últimas bases trabalhistas. Joaquim dos Santos Andrade, presidente do poderoso Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, imediatamente anunciou seu desligamento do partido, ao qual era filiado.

Já durante o Conclat-Praia Grande, ao saber que o PTB fechara questão em favor do decreto do arrocho salarial, Joaquim distribuiu uma nota "Aos Trabalhadores Brasileiros", onde informava: "Desligo-me do PTB. Fico com os trabalhadores. Fico com os que foram traídos. E, conseqüente com essa decisão não medirei esforços na denúncia sem tréguas dos que traíram o voto e a confiança dos trabalhadores". Para ele "este decreto, bem como os que o antecederam, tem sido denunciado por nós por ser anti-popular, trazendo no seu bojo o arrocho salarial. Por isso, a decisão do PTB exige de nós a mais firmê condenação".

Foto L Carlos Leite

Joaquim: "trama diabólica"

Entrevistado pela **Tribuna Operária**, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos explicou as razões da traição do PTB: "A justificativa para essa postura de vendilhões de Templo tem sido a sobrevivência do PTB. Está por traz dessa trama diabólica um Ministério. Mas eu tenho certeza de que essa trama em vez de ajudar vai é implodir o PTB. Partido não é poleiro. Chegar ao Ministério, traindo, não vai ajudar esse partido".

Disputa eleitoral agita PMDB do Rio de Janeiro

Depois de quase dez meses de imobilismo e perplexidade, o PMDB do Rio de Janeiro começa a se revigorar com a disputa acirrada de duas chapas que concorrem às eleições do novo Diretório Regional, no próximo dia 20. A chapa Democracia e Unidade é liderada por representantes das várias correntes do partido, tendo à frente Artur da Távola. Participam também Chico Buarque, Ziraldo, Cristiane Torloni e Maria da Conceição Tavares. Na sua formação predominou a visão da unidade pela democracia e pelo fim do arbítrio. A chapa advogou a idéia que o grupo chaguista não poderia mais dar a tônica na direção do partido sob pena de mais uma vez não contar com o voto popular. Faz parte do seu programa a defesa de uma agremiação democrática, aberta aos debates, onde os filiados não sejam perseguidos — quando Chagas Freitas e Jorge Leite dirigiam o antigo MDB era comum as fichas dos filiados serem rasgadas por discordâncias políticas.

A segundo chapa, Unidade, é liberada por Jorge Leite, tendo como força hegemônica o grupo chaguista. Para impedir o livre debate entre as chapas, Unidade votou contra a proposta da pré-convenção e tentou por todos os meios impugnar a chapa concorrente.

Arlindenor, membro da Democracia e Unidade e alinhado à Tendência Popular, afirma que na convenção "faremos de tudo para dar oportunidade para que os delegados votem conscientemente, já que está em jogo a luta pela democracia". Lídia Sales, vice-presidente da Associação de Moradores da Favela Indiana, afirma: "Entrei na chapa Unidade e Democracia para que a voz dos favelados e oprimidos ganhe eco dentro do PMDB". **(da sucursal).**

Fascistas atacam sucursal da *Tribuna Operária*

Na madrugada de terça-feira, dia 9, foi covardemente depredada a sucursal da **Tribuna Operária** em Arapiraca, Alagoas. O ódio dos agressores ficou patente pela violência contra a placa com o nome do jornal, na fachada da sala, que foi inteiramente estraçalhada.

É um atentado político, visando calar a **TO** e intimidar o movimento dos professores daquela cidade. Luciano Barbosa, responsável da sucursal em Arapiraca, é um dos líderes do movimento dos professores municipais, noticiado pela **Tribuna** em sua edição nº 142. O crime coincide com uma onda de ameaças de violências contra os professores dentro dos colégios, para que não seja efetivada a greve em preparação.

Enganam-se os fascistas ao pensar que estas atitudes poderão silenciar os trabalhadores que lutam por seus direitos e este jornal que coloca suas páginas a serviço da classe operária e dos oprimidos.

Na quarta-feira, o líder do PMDB na Assembléia Legislativa de Alagoas, falando em nome da bancada, repudiou veementemente o atentado contra a liberdade de imprensa e particularmente contra a **Tribuna Operária.**

Mais um general é preso por criticar o governo

A desagregação na área militar resultou em mais uma prisão. No dia 7, o ministro do Exército, general Valter Pires, determinou a prisão do general Gustavo de Moraes Rego por cinco dias, utilizando-se para isto do autoritário Regulamento Disciplinar. A punição se deve às críticas feitas por ele, numa entrevista à imprensa, ao presidente Figueiredo, ao general Newton Cruz, executor das medidas de emergência em Brasília, e ao próprio governo. Moraes Rego já previa as punições: "Preso, vocês (da imprensa) não aparecem por lá nem para levar cigarros". Lembrou também que "outro dia eu falei com um colega de vocês e recebi um recado do ministro do Exército" disse aos jornalistas.

Na entrevista o general critica a indicação de Newton Cruz para executar as medidas de emergência, taxando-o de "um homem ressentido, que amarga uma ambição. Ele quer aparecer. Por duas vezes quis ser ministro e foi preterido". Afirmou também que o governo "é só tripa por dentro".

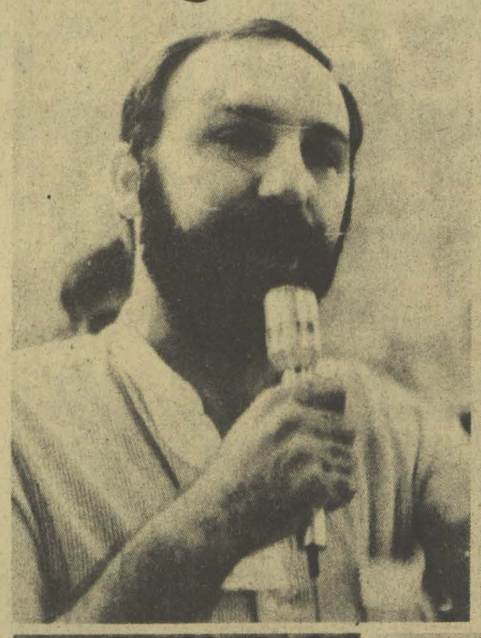
Moraes Rego: o governo "é só tripa por dentro"

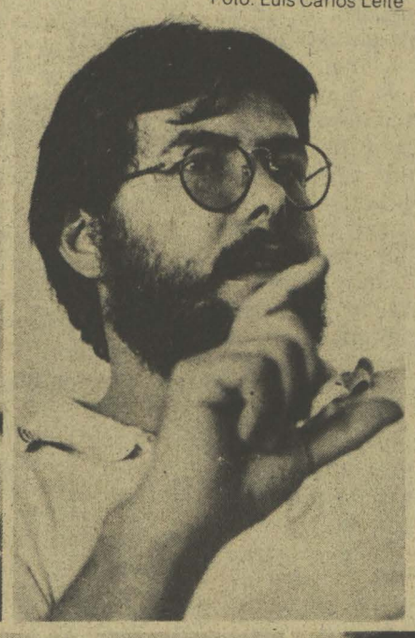
Criticando o episódio, o líder do PT, Airton Soares, lembrou na Câmara que só são presos os militares que mostram os erros do governo. Afirmou que recentemente o chefe do Estado Maior das Forças Armadas, brigadeiro Valdir Vasconcelos, fez declarações contra as eleições diretas e não sofreu nenhuma represália. E indagou: "Será que há alguma dissidência interna que faz com que uns sejam punidos e outros não?"

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Sindicalistas apóiam a legalização do PC do B

Foto: Luis Carlos Leite





Jair Meneguelli, presidente cassado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo; Sílvio Costa, dos Professores de Goiás; Paulo Paim, dos Metalúrgicos de Canoas (RS); Antônio Toschi, dos Metalúrgicos de Osasco; e Edvaldo Gomes, dos Eletricitários de Pernambuco, deram seu apoio à luta pela legalidade do Partido Comunista do Brasil e repudiaram as pressões do governo contra o ato que se realizaria em São Paulo

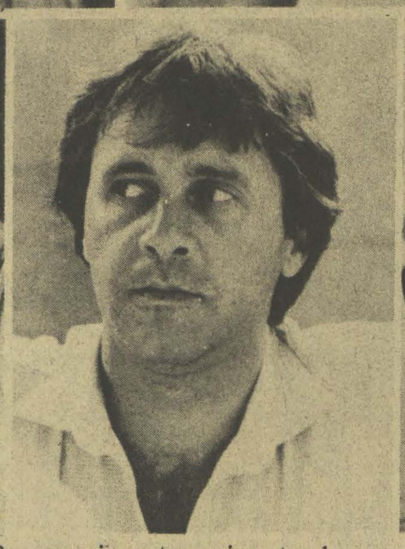
Continuam os protestos contra a proibição do ato pela legalização do Partido Comunista do Brasil, efetuada pelo governo federal no último dia 28. A *Tribuna Operária* ouviu dirigentes sindicais de vários pontos do país: todos foram unânimes em identificar o direito à legalização do PC do B como uma das bandeiras importantes da luta democrática.

Paulo Paim, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, RS, manifestou-se sobre o direito de organização do PC do B: "Não só tem o direito, como a gente tem informações e os dados mostram que isto está embasado na solicitação de milhares de adeptos, que têm se posicionado, em muitos Estados, com manifestações exigindo a legalização. No meu entender, já deveria estar legalizado o Partido Comunista do Brasil".

Jair Meneghelli, presidente cassado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, também se manifestou: "Na verdade, o que a gente verifica no dia-a-dia desse país é que as afirmações vindas do governo e, mais especificamente, do presidente da República, são muito contraditórias. Ele diz que está aberto ao diálogo, mas os hábitos têm demonstrado o contrário. A CUT defende a legalização de todo e qualquer partido a que o povo entenda pertencer. Acho que já é chegado a hora, se nós quisermos realmente lutar pela democracia neste país, de permitir que o Partido Comunista se legalize. É um partido que, quer queiram, quer não, atende a necessidade e anseios. É um partido que reivindica uma sociedade justa, sem exploradores e explorados".

"O GOVERNO TEM MEDO"

"Acho que um governo que não tem respaldo popular, tem mais é que ter medo de tudo e de todos. É uma demonstração de fraqueza do governo" — foram declarações de Antônio Toschi, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, que ainda acrescentou: "A partir do momento em que for legalizado o Partido Comunista, você vai ter certeza de quem se afina com o povo e o que pensa o povo. Hoje as opções são mínimas, você tem cinco partidos e dentro desses, algumas frentes; então não se sabe o que o povo pensa".



O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade, repudiou a proibição do ato do dia 28: "É mais uma demonstração de autoritarismo. São os resquícios da falta de democracia desde 1964. Eu até admiraria se o governo tomasse uma posição mais democrática. Eu lamento que isso ocorra. Dou apoio à legalização do Partido, como daria apoio à legalização de outros partidos e outras tendências".

Joel Alves, presidente do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo, foi bem claro: "Eu, particularmente, não esperaria outra coisa, tendo em vista que sempre foram reprimidas todas as atividades dos partidos revolucionários deste país, especialmente dos partidos comunistas. O Partido Comunista deve ter seu lugar garantido, com todos os direitos assegurados. Acho um direito do povo brasileiro ter o seu Partido Comunista."

Sílvio Costa, presidente do Sindicato dos Professores de Goiás, declarou: "Achamos que é da máxima importância a intensificação da luta pela legalização do PC do Brasil, porque entendemos que só assim a sociedade brasileira poderá discutir, de forma democrática e com liberdade, as várias opções para sair-se da crise".

Edvaldo Gomes, presidente dos Eletricitários de Pernambuco, foi enfático: "A essência da atitude do governo é porque ele teme a organização do povo, teme a organização das legítimas representações de classe operária e camponesa".

RECONHECIMENTO GAÚCHO

Vários setores da sociedade reconhecem a importante contribuição dos comunistas para o debate político. A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul enviou uma carta para o dirigente comunista João Amazonas — que havia participado do IV Ciclo de Estudos sobre Problemas Brasileiros —, na qual o deputado Algir Lorenzon, presidente do IV Ciclo, declara: "Sua participação ilustrou a iniciativa e contribuiu para o êxito alcançado no aludido Ciclo, razão pela qual manifestamos nosso reconhecimento pela maneira com que atendeu ao convite desta Comissão".

Foto: Gil Passarelli

Assembléia na porta da Ford, dia 9, decide prosseguir a greve.

São Bernardo entra em greve contra o arrocho

As grandes multinacionais do automóvel em São Bernardo do Campo — Ford, Mercedes, Volkswagen, Volks Caminhão, Scânia — amanheceram esta quinta-feira em greve, dentro das fábricas. Os metalúrgicos não aceitam a aplicação dos decretos de arrocho escalonado sobre seus salários e exigem um reajuste de 100% do INPC, ou seja, 62,4% dos salários.

Os pioneiros da paralisação foram os 12 mil operários da Ford, em greve desde a manhã de terça-feira. Desde 1981 eles conquistaram, também na luta, uma Comissão de Fábrica que serviu como potente instrumento de organização do movimento. Desde vários dias antes a Comissão convocara assembléias para cada turno, no portão da fábrica, e a decisão de parar no dia seguinte teve adesão de todos, horistas e mensalidades.

Continuaram a funcionar apenas certos setores estratégicos, como a sofisticada "casa de tintas", que caso parasse levaria de 40 a 60 dias para voltar a funcionar, pois a tinta secaria na tubulação. Os operários usam estes setores como trunfo para forçar a negociação e resistir a ameaças. Quando um gerente insinuou que haveria punições contra a Comissão de Fábrica, por exemplo, um dos grevistas reagiu logo dizendo: "Se mexer com a Comissão eu *expludo* a casa de força".

GERENTE SEM CALÇAS

A princípio a multinacional americana não queria saber de negociação. Na manhã de terça-feira, quando a Comissão procurou o gerente de relações industriais, Edmir Garcez, este recebeu-a de maneira insólita — baixando as calças e dando as costas para os metalúrgicos, que abandonaram a sala, ofendidos e revoltados. Mas quando a greve se firmou, tornou-se inevitável a negociação, iniciada na quarta-feira.

O problema na Ford, e nas outras fábricas em greve, é que o patronato multinacional está cortando o salário real dos operários. Apoiado no decreto-lei 2.065, suprimiu uma gorda fatia do INPC no reajuste dos salários acima de três mínimos. Já os operários exigem que se dê a todos eles pelo menos o INPC integral — embora sabendo que este índice está "expurgado", falsificado para menos pelo governo.

Na noite de quarta-feira os metalúrgicos das outras montadoras de São Bernardo decidiram aderir também à greve, já que enfrentam o mesmo problema de seus companheiros da Ford. A assembléia que decidiu pela paralisação contou com a presença de cerca de mil operários da Ford, Mercedes Benz, Volks, Brastemp e Perkins e, pela primeira vez desde a intervenção no Sindicato, em julho, realizou-se na sede daquela entidade. O interventor mandou trancar o prédio às 15 horas, mas às 18 começou a chegar gente, os porteiros abriram a porta e a sede do Sindicato foi tranqüilamente ocupada pelos seus legítimos donos.

A resolução de paralisação dentro das fábricas, foi confirmada em assembléias por empresa na manhã de quinta-feira e levada à prática em seguida. Na Volks, por exemplo, a greve era total, inclusive entre os mensalistas. Os operários aguardam agora o resultado das conversações, confiantes na força do seu movimento.

Há possibilidades também de uma expansão do movimento para além de São Bernardo. Na manhã de quinta-feira os metalúrgicos da Ford do Ipiranga, no município de São Paulo, fizeram uma concorrida assembléia na porta da fábrica e decretaram o estado de greve, em solidariedade aos companheiros de São Bernardo e por um aumento real de 6% no salário.

Direita avança na polícia paulista

Uma grande campanha está sendo desenvolvida para a intervenção do governo federal nos órgãos policiais de São Paulo. O deputado Paulo Frateschi (PT-SP) apresentou na Assembléia Legislativa documentos reservados da polícia mostrando que há uma campanha destinada a desacreditar o governo estadual e "criar clima propício para intervenção branca, com a convocação da Polícia Militar pelo Exército".

Foto: Jorge Araujo

José Vidal Fernandes (direita) é homem de Romeu Tuma na Polícia

O deputado Frateschi declarou à **Tribuna Operária** que "está havendo uma verdadeira conspiração do que há de mais reacionário no Estado: a cúpula da polícia estadual com o II Exército". O deputado Benedito Cintra (PMDB-SP), que é vice-presidente da Comissão Especial sobre Segurança, concorda com seu colega parlamentar e acrescenta: "Conspiração sempre existiu contra as forças democráticas, principalmente em São Paulo. E as manobras conspiratórias estão em marcha".

Esta conspiração ficou mais clara quando o governador Montoro, cedendo às pressões dos setores direitistas da polícia, destituiu o delegado geral da Polícia Civil de São Paulo, Maurício Henrique Guimarães Pereira. A queda do delegado Maurício Guimarães, um antigo oposicionista, sintomaticamente foi comemorada pelo superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma. O deputado Cintra esclarece que "a queda do Maurício significa uma intervenção não declarada em São Paulo".

CAMPANHA DIREITISTA

Romeu Tuma venceu mais um "round" nesta luta surda pelo domínio das forças de segurança do Estado. Tuma e as forças direitistas conseguiram alijar Maurício Guimarães que vinha combatendo à corrupção e implementando uma nova política dentro da polícia civil. Para esta batalha foi articulada uma intensa campanha feita pelos grandes órgãos de comunicação que tentou responsabilizar a "nova polícia" do governo de São Paulo pelo crescente aumento da criminalidade.

Se a criminalidade está aumentando é devido em primeiro lugar à política econômica de arrocho ditada pelo FMI e depois pelo próprio boicote da polícia. A polícia civil há dois meses estava em "greve branca" contra a política de Maurício Guimarães e a Polícia Militar a partir de junho praticamente deixou de fazer policiamento ostensivo à noite. Os setores direitistas se aproveitam da revolta da população contra a insegurança para pressionar Montoro.

REACIONÁRIOS PRESSIONAM

A preocupação do governo federal em manter o controle dos 60 mil homens da Polícia Militar de São Paulo ficou bastante clara a partir de julho. Na greve geral de 21 de julho a Polícia Federal foi quem praticamente coordenou a repressão da PM aos grevistas. A partir de setembro, com os saques a supermercados, voltaram a circular insistentemente os boatos de que o II Exército ia intervir no comando da PM. No dia 31 de outubro, após seis assaltos a bancos com sete mortos, entre os quais uma menina de sete meses, Montoro passa o cargo da delegacia-geral da Polícia Civil para um homem ligado a Romeu Tuma, José Vidal Fernandes.

O governador Franco Montoro tem sido vacilante no enfrentamento aos homens ligados à repressão no governo passado. Homens como o coronel Torquato Tasso, um dos responsáveis pelos espancamentos da Freguesia do Ó, em 1980, continuam no comando da PM na Zona Leste. O deputado Cintra afirma que "o governo Montoro tem vacilado e cedido às pressões dos setores mais reacionários."

Não à pressão ditatorial

Dando prosseguimento às manobras intervencionistas em São Paulo, o governo federal impôs o Superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, como um "vice-rei" no Estado, que se intromete em tudo. E que agora trata de colocar homens de sua confiança em todos os postos chave da polícia, civil e militar, para ter a repressão sob seu controle direto.

E o governo Montoro, ao invés de mobilizar a opinião pública em defesa da autonomia estadual e em defesa da representação oposicionista e leita por mais de 5 milhões de votos, encolhe-se e engole o sapo.

Todas as forças democráticas e progressistas, todos os trabalhadores, só podem repudiar esta pressão intolerável. E levantar a voz para exigir respeito à vontade popular expressa vigorosamente nas urnas. Basta de emergências, abertas ou enrustidas!

Tropas contra os maranhenses que pedem um lugar para morar

No dia 7 de novembro, moradores expulsos pela PM da área denominada Bom Jesus, em São Luís do Maranhão, acamparam diante do Palácio dos Leões, sede do governo estadual, reivindicando local para reconstruírem suas casas. No dia 8, estavam cercados por tropas de choque da PM e pela polícia civil, sob ameaça de um verdadeiro massacre.

As tropas foram solicitadas pelo professor Orlando Medeiros, chefe da Casa Civil do governo, sob a alegação de que os populares não podiam ficar em frente ao Palácio. Os manifestantes foram obrigados a se deslocar para o pátio da Igreja da Sé, a uns 500 metros do Palácio.

O deputado estadual Luís Pedro e a vereadora Ana Rita tentaram insistentemente, junto com uma comissão de moradores, discutir com representantes do governo, mas o governador Luís Rocha mostrou-se surdo a todos os apelos, deixando claro o caráter da sua promessa de "governar juntos".

A luta do povo de Bom Jesus começou no início deste ano, quando as casas que construíram na área que haviam ocupado foram derrubadas por policiais comandados por Adolfo Quiroga, proprietário de uma frota de caçambas que retira barro para construção próximo àquele local e que reclama a propriedade da área.

Não tendo para onde ir, os moradores retornaram e reconstruíram as casas. Sofreram nova investida da polícia no dia 22 de julho, que espancou várias pessoas, atirou bombas de gás lacrimogênio, queimou casas. Nesta ação foram usados tratores cedidos por Quiroga. As forças policiais fizeram a partir daí uma vigilância cerrada, permanecendo na área 24 horas por dia. Os moradores alojaram-se num barracão sem divisórias, quase ao relento.

Depois de 3 meses ao desabrigo, sem receber resposta da Justiça, da Câmara de Vereadores e de todos os órgãos governamentais a que recorreram, no último dia 3 eles perderam a paciência e voltaram ao local para reconstruir as casas. Logo na primeira tentativa foram brutalmente espancados pela polícia, que chegou a disparar tiros.

Acuados, eles se deslocaram para o aeroporto do Tirirical, onde estava para chegar o general Figueiredo. receberam o presidente com faixas e gritos: "Queremos casas!" E novamente voltaram para o terreno decididos a construir suas casas "de qualquer maneira". Houve mais um confronto com a PM, já com reforços, armada de metralhadoras. Foram presas 8 pessoas, inclusive José Ribamar, colaborador da **Tribuna Operária,** que estava ali para acompanhar os acontecimentos em nome do jornal.

Sem solução para suas reivindicações, os moradores do Bom Jesus resolveram acampar em frente ao Palácio do governo até uma resposta definitiva das autoridades sobre as suas moradias. **(da sucursal).**

Vitória na greve de Novo Hamburgo

Os operários da indústria do calçado de Novo Hamburgo (Grande Porto Alegre) conseguiram uma importante vitória: no dia 7, eles entraram em greve, exigindo o cumprimento do índice de reajuste salarial previsto no dissídio. No dia 8, 90% dos 22 mil operários estavam com os braços cruzados. Com isso, conquistaram reajuste salarial equivalente a 100% do INPC, e ainda a garantia de que nenhum grevista será punido.

Nos dias 6 e 7, a polícia investiu contra os operários, prendendo mais de 20 piqueteiros; no bairro de Canudos, os policiais chegaram a quebrar a perna da operária Ana Liz, tal a violência que empregaram contra os grevistas. Os operários reagiram com pedras, obrigando os repressores a baterem em retirada. O presidente do Sindicato da categoria, Orlando Muller, disse que "a greve é a linguagem que os patrões entendem, pois com as máquinas paradas eles deixam de faturar". **(Ilimar Franco, Rio Grande do Sul)**

Repressão contra os motoristas em Piauí

No dia 3, os motoristas de ônibus de Teresina, contando com a ajuda dos motoristas desempregados, entraram em greve por melhores salários (piso de três salários mínimos), redução da jornada de trabalho para 8 horas e fim do desconto de porcentagem de meia passagem nos salários dos cobradores. Segundo declarações de vários grevistas, sua luta foi dirigida também para derrubar a diretoria pelega do Sindicato, cujo presidente, Antônio Calado, recebe cachês dos empresários de ônibus.

Cerca de 100 ônibus foram abandonados pelos condutores em vários pontos da cidade, impedindo a circulação de outros veículos. A Polícia Militar, o DOPS e a Polícia Federal reprimiram o movimento com furor. Chegaram a invadir o "campus" universitário, mas os estudantes (que também estão em greve) ameaçaram virar a viatura e incendiá-la; imediatamente os repressores evadiram-se do local. Mais de 20 motoristas foram presos e alguns, brutalmente espancados. Com isso, parte dos motoristas voltou ao trabalho (a greve não chegou a abarcar toda a categoria), demonstrando que a classe, em sua organização e mobilização, ainda tem grandes debilidades a superar.

Quase uma semana após a greve, Teresina continuava cercada pelos policiais — que circulam dentro dos coletivos. E a entrada da universidade está sendo vigiada pelos repressores, que impedem os ônibus de entrarem no "campus". **(da sucursal do Piauí)**

Garimpeiros ficarão em Serra Pelada

Diante da resistência dos garimpeiros, o general Figueiredo recuou de sua pretensão de fechar o garimpo de Serra Pelada. O seu veto — agora revogado — ao projeto aprovado no Congresso Nacional, que garantia os trabalhos no garimpo por mais cinco anos, tinha sido recebido pelos trabalhadores com desprezo, pois eles estavam seguros de que o governo não teria força para removê-los; contudo não descartam a possibilidade de o governo deixar ocorrer um acidente de grandes proporções, para então conseguir o seu intento de fechar o garimpo. Com o veto do general Figueiredo à continuidade dos trabalhos em Serra Pelada, os trabalhadores haviam entrado em massa na Justiça com um mandado de segurança, reforçando a liminar já conseguida por alguns, garantindo o livre trânsito na área. O próprio Major Curió, para não ser liquidado politicamente, disse para ninguém sair e não acreditar na conversa de César Cals — ministro das Minas e Energia —, contribuindo assim para a radicalização dos ânimos na região. Não é a primeira vez que Curió tenta se passar por homem do povo: muitos posseiros, anteriormente, chegaram a acreditar que contavam com seu apoio na luta contra os grileiros e tiveram amarga decepção.

(Newton Miranda, Pará)

Conquistado o passe estudantil em Goiânia

Após vários meses de lutas, os estudantes de Goiânia conquistaram o passe estudantil nos ônibus urbanos. Em reunião com o governador Estado, Íris Rezende, foi formada uma comissão com representantes das entidades estudantis e da Transurb, para estipular o percentual e os critérios para a utilização do passe. Segundo Denise Carvalho, presidente do DCE-UFG, essa vitória "foi fruto da luta decidida dos estudantes e da clareza que tivemos até aqui em saber utilizar as mais diferentes formas de luta" — os estudantes realizaram manifestações, pularam a catraca e houve até quebra de ônibus.

Denise frisa que a conquista do passe não põe fim à luta dos estudantes, pois eles objetivam 50% de desconto nas passagens, e isto ainda não foi alcançado.

(da sucursal)

Foto: Luiz Saiz Parra

Tropas da PM não conseguiram fazer o despejo

Vila 1º de Outubro evita despejo dia 7

Os moradores da Vila 1º de Outubro, na segunda-feira, dia 7, impediram que centenas de famílias fossem desalojadas. Por volta das 6:15 horas da manhã, 200 soldados da PM chegaram para desalojar cerca de 300 famílias da "Vila Dois de Setembro", situada em um terreno ao lado da Vila 1º de Outubro; mas, logo após ser dado o alarme com fogos de artifício, cerca de mil moradores chegaram ao local e impediram o despejo, recolocando nas casas algumas mudanças que a PM há havia posto em caminhões.

As terras da Vila 1º de Outubro, na Zona Leste de São Paulo, foram conquistadas com muita luta. Há pouco mais de dois meses, centenas de famílias ocuparam o terreno ao lado e deram o nome de Vila Dois de Setembro.

Diante da reação do dia 7, o juiz da 18ª Vara Cível, que havia concedido liminar de reintegração de posse ao proprietário, voltou atrás e concedeu um prazo de mais 60 dias para que os moradores sejam desalojados. Há possibilidade de a prefeitura comprar o terreno e revendê-lo às famílias.

O Conclat dirige-se ao povo

A *Carta de Praia Grande*, principal documento do Conclat, foi aclamada por todos os delegados com uma entusiástica salva de palmas, na tarde do dia 6. Agora ela passa a ser um instrumento importante de mobilização e luta do movimento sindical: até março, servirá para recolher o máximo de assinaturas de apoio, nos locais de trabalho e nas entidades.

"Estamos conscientes — diz o texto — de que só a ação decidida dos trabalhadores da cidade e do campo, em conjunto com todas as forças democráticas da sociedade brasileira, será capaz de assegurar uma saída para a crise que não seja apenas um consenso das elites, mas que reflita os justos anseios do conjunto do nosso povo".

Em outro trecho, a **Carta** volta baterias contra "um governo que jurou fazer deste país uma democracia, mas que persiste em legislar através de decretos-leis. Governo que se mantém surdo aos clamores de toda uma sociedade que já não pede, exige o fim de sucessivos regimes ditatoriais, com eleições diretas em todos os níveis e Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana".

PELA GREVE GERAL

O documento proclama também o "estabelecimento, a partir desta data, de um estado de mobilização permanente", buscando acumular forças "no sentido de novas jornadas de lutas, nas quais o movimento sindical utilizará a arma da greve geral". E propõe ainda "a convocação urgente de todas as forças vivas da sociedade brasileira, entre personalidades e entidades representativas, para um encontro nacional pela democracia e em defesa da soberania nacional".

Mesmo contendo lacunas e incorreções (fala, por exemplo, em "consolidação da democracia"), a **Carta de Praia Grande** é um documento positivo, uma ferramenta dos Sindicatos no combate ao regime militar e à sua política econômica, e seu valor fica realçado quando se leva em conta que foi fruto de uma luta acirrada dentro do Conclat.

No início, chegou a circular uma versão da **Carta** com conteúdo de conciliação aberta com o regime, a qual elogiava as "propostas visando a uma solução negociada para a crise" e criticava apenas "setores que subsistem nos centros do Poder Executivo e que não admitem entendimento", quase como se vivêssemos sob o melhor dos governos.

Para fazer vingar os posicionamentos mais avançados, foi necessária uma intensa batalha de bastidores. José Francisco, em particular, jogou todo o empenho e o peso da Contag para retirar as formulações conciliatórias, fazendo questão de incluir o parágrafo contra o "consenso das elites". Enquanto isso, no plenário, a votação decisiva que aprovou a luta pelo fim do regime militar (veja na pág. 8), garantia a predominância de posições combativas no texto.

Publicamos acima a íntegra da **Carta.**

Foto: Luís Carlos Leite

Os delegados aclamaram por unanimidade a **Carta**, *aos gritos de "Chora Figueiredo, que chegou a sua hora".*

Carta de Praia Grande

Enfrentando toda a sorte de dificuldades, reunidos em Praia Grande, os milhões de trabalhadores brasileiros, aqui representados por 1.256 entidades sindicais, declaram à Nação as razões que os estão levando à grande unidade sindical nacional, através desse evento histórico, e suas propostas de lutas.

Trabalhadores urbanos e rurais irmanados por seus Sindicatos, Federações e Confederações sentem a necessidade de lutar agora pela própria sobrevivência como indivíduos, categorias e povo.

Povo espoliado pela ação predatória do capital estrangeiro, com a cumplicidade de um regime que a história há de julgar. Povo que morre aos milhares e milhares em todo o território nacional, em verdadeiros genocídios pela fome e pela sede, enquanto verbas são desviadas para grupos em negociatas e escândalos nunca apurados.

E isto enquanto em Brasília o trabalhador está impedido de reunir-se junto ao Parlamento, através de ato de exceção baixado por um governo que jurou fazer deste país uma democracia, mas que persiste em legislar através de decretos-leis. Governo que se mantém surdo aos clamores de toda uma sociedade que já não pede, exige o fim de sucessivos regimes ditatoriais, com eleições diretas em todos os níveis e Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana.

Mas um pequeno núcleo de tecnocratas dirigidos pelo capital estrangeiro, insiste em governar ainda de costas para toda a Nação.

Tudo isso é o real significado da chamada política econômica, traduzido para a linguagem do trabalhador.

É isso que explica a concentração de renda, os latifúndios, a reforma agrária que não é implantada, os privilégios dos grandes proprietários, restando ao pequeno agricultor nenhuma assistência.

E porque tudo isso se constata, é que se mobiliza em autodefesa a classe trabalhadora para lutar:

— contra a estratégia adotada pelos países imperialistas e pelo sistema financeiro internacional, de jogar sobre as economias dos povos do Terceiro Mundo, e sobre o Brasil em particular, os prejuízos de sua própria crise, trazendo como conseqüência a paralisação e a destruição do nosso parque industrial, o desemprego de vários milhões de trabalhadores e o achatamento do poder aquisitivo dos salários, e a mais completa desnacionalização de nossa economia e de nossas riquezas;

— pela "desdolarização" da economia, dando prioridade ao desenvolvimento do mercado interno, com a redução das taxas de juros, e pela moratória da dívida interna, pondo fim à especulação financeira e permitindo a aplicação dos recursos públicos em setores vitais para a maioria da população, extinguindo, assim a verdadeira fonte da inflação e desemprego;

— pela estabilidade e garantia no emprego;
— pelo direito de todos à habitação;
— contra a alienação cultural dos meios de comunicação;
— pela liberdade de expressão e pelo direito do povo de ser corretamente informado;
— por medidas enérgicas no sentido de eliminar a desnutrição e a mortalidade infantil;
— contra a desenfreada corrida armamentista da atualidade, que consome somas astronômicas de recursos produtivos na fabricação e comercialização de material bélico, colocando em risco a paz mundial e a própria sobrevivência da humanidade. Por isso, repudiamos as ameaças e intervenções abertas às Nações e aos Povos que lutam pela liberdade e pela independência nacional e reafirmamos seu direito inalienável à autodeterminação;
— pela soberania nacional;
— pela moratória unilateral;
— por uma Reforma Agrária ampla, massiva e imediata, com a participação dos trabalhadores rurais, visando a promover a melhor distribuição da terra e modificações estruturais no regime de sua posse, uso e propriedade, e por uma Política Agrícola voltada para os interesses dos pequenos produtores, assegurando o abastecimento alimentar da população, contribuindo para a redução do custo de vida e para substancial criação de novos empregos;
— pela garantia do direito de greve;
— pela reforma tributária e pelo fim da especulação financeira;
— pela ampla liberdade de organização partidária;
— por uma política de investimentos das empresas estatais dirigidas para setores geradores de emprego;
— pela revogação da Lei de Segurança Nacional e de todos os demais atos de exceção;
— pela liberdade e autonomia sindicais, com o fim imediato das intervenções em Sindicatos.

Mas, para que tudo isso se torne realidade, será preciso lutar e lutar muito.

E cada um dos presentes em Praia Grande assume, desde logo, compromisso, permanente e decisivo, de dar cumprimento às seguintes deliberações adotadas neste CONCLAT:

— participação e apoio em uma campanha nacional de sindicalização;
— efetiva solidariedade do movimento sindical urbano ao movimento sindical de trabalhadores rurais na sua luta contra a violência no campo, concretizada através de denúncias nacionais e internacionais, presença em atos públicos e outras formas de luta;
— estabelecimento, a partir desta data, de um estado de mobilização permanente, que constará de manifestações e outras atividades que acumulem forças e façam crescer a organização e a mobilização dos trabalhadores, no sentido de novas jornadas de lutas, nas quais o movimento sindical utilizará a arma da greve geral, meta para a qual os trabalhadores devem estar preparados.

O CONCLAT determinou, ainda, a convocação urgente, através da sua Coordenação Nacional aqui eleita, de todas as forças vivas da sociedade brasileira, entre personalidades e entidades representativas, para um encontro nacional pela democracia e em defesa da soberania nacional, com a finalidade de discutir e aprovar uma alternativa democrática e popular ao atual regime, fazendo em torno desta proposição a unificação de toda a Nação e efetivando a grande mobilização nacional, em suas mais variadas formas de manifestação e protesto.

Finalmente, estamos conscientes de que só a ação decidida dos trabalhadores da cidade e do campo, em conjunto com todas as forças democráticas da sociedade brasileira, será capaz de assegurar uma saída para a crise que não seja apenas um consenso das elites, mas que reflita os justos anseios do conjunto do nosso povo e garanta a consolidação da democracia e a preservação da soberania em nosso país.

Praia Grande, 6 de novembro de 1983.

Reunificação Sindical

Com a realização dos dois Conclat, de Praia Grande e de São Bernardo, a luta pela unidade política e organizativa do movimento sindical se apresenta como uma luta pela reunificação — que terá como motivo fundamental a defesa dos interesses maiores dos trabalhadores da cidade e do campo.

Praia Grande, na medida em que não criou um outro pólo de direção do movimento sindical, deu uma contribuição para a reconstrução da unidade. Ao contrário de São Bernardo, que fundou uma Central Sindical que pretende estruturar-se em todo o país, com seções e subseções, em Praia Grande foi escolhido apenas um Conselho, que terá como função coordenar as lutas sindicais, apoiando-se nas articulações intersindicais existentes.

Pelo desejo de alguns participantes, este último Conclat também tiraria outra central. Mas a disputa política travada conduziu o Congresso a resoluções que buscam, como uma tarefa primordial do Conselho, reunificação sindical e o combate ao divisionismo.

Nunca é demais reafirmar que a unidade do movimento sindical se dá *na luta e para a luta*, e não em torno de "pólos", avançados, atrasados ou qualquer outra classificação que tenham. A atividade sindical nos dias atuais conduz inevitavelmente à luta política. A mais elementar reivindicação esbarra logo na orientação antinacional e antipopular do regime. Assim, a reunificação sindical dar-se-á em torno da luta econômica e política, contra o regime que nos oprime. E não em torno de siglas, que muitas vezes não são mais do que biombos atrás dos quais se escondem vaidades, exclusivismos e sectarismos de certas correntes.

Nesta batalha pela reunificação convém destacar o papel fundamental das intersindicais estaduais. Ali, onde existem e funcionam, elas serão esteios da unidade, e onde não foram estruturadas ou entraram em crise, torna-se necessário um esforço concentrado para articulá-las e levá-las à ação.

O elenco de resoluções políticas adotadas no Conclat de Praia Grande é um fator que joga pela unidade, na medida em que explicita no fundamental o anseio popular contra a dominação estrangeira e seu agente interno, o regime militar. E aponta para um novo governo que represente e defenda os mais profundos interesses dos trabalhadores, do povo e da imensa maioria da nação, por uma pátria livre, independente e progressista. Por tudo isso, de Praia Grande ecoa bem forte a palavra de ordem: "Lutar, lutar até o final, pela reunificação do movimento sindical."

(R. Freitas)

Central Única é possível

Terminado o Conclat-Praia Grande, entra em pauta a questão da reunificação do movimento sindical, tão arduamente defendida pelos delegados. A **Tribuna Operária** ouviu vários membros do "Conselhão" eleito no Conclat, e constatou a existência de visões bem diferenciadas.

Alguns, como Francisco Del Prá, têm uma postura fechada e sectária frente à CUT-São Bernardo. Na sua opinião "ela acabou, o movimento sindical está reunido aqui (em Praia Grande), e os companheiros de São Bernardo devem vir nos procurar, devem se agrupar a nós".

Bem mais razoável, João Silveira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, argumenta: "O Conselho eleito deve respeitar a decisão do Congresso e trabalhar o máximo possível pela unidade. Se unidos, a situação já é difícil, dado o esquemão do governo, imagine desunidos. Devemos trabalhar rapidamente pelo entendimento".

Joaquinzão, dos Metalúrgicos de São Paulo, concorda: "Devemos sentar na mesa o mais rápido para ver como encaminhar as lutas dos trabalhadores. A divisão não interessa a ninguém".

Sérgio Barroso, do Sindicato dos Médicos de Alagoas, é ainda mais enfático: "Sem unidade, nem uma articulação, nem outra consegue levar à prática o plano de lutas aprovado. Tanto em uma como em outra estão representados importantes setores do movimento sindical. Então, não existem motivos para uma divisão que só interessa ao governo".

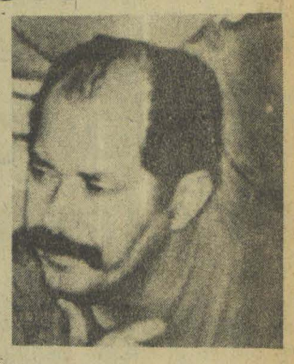
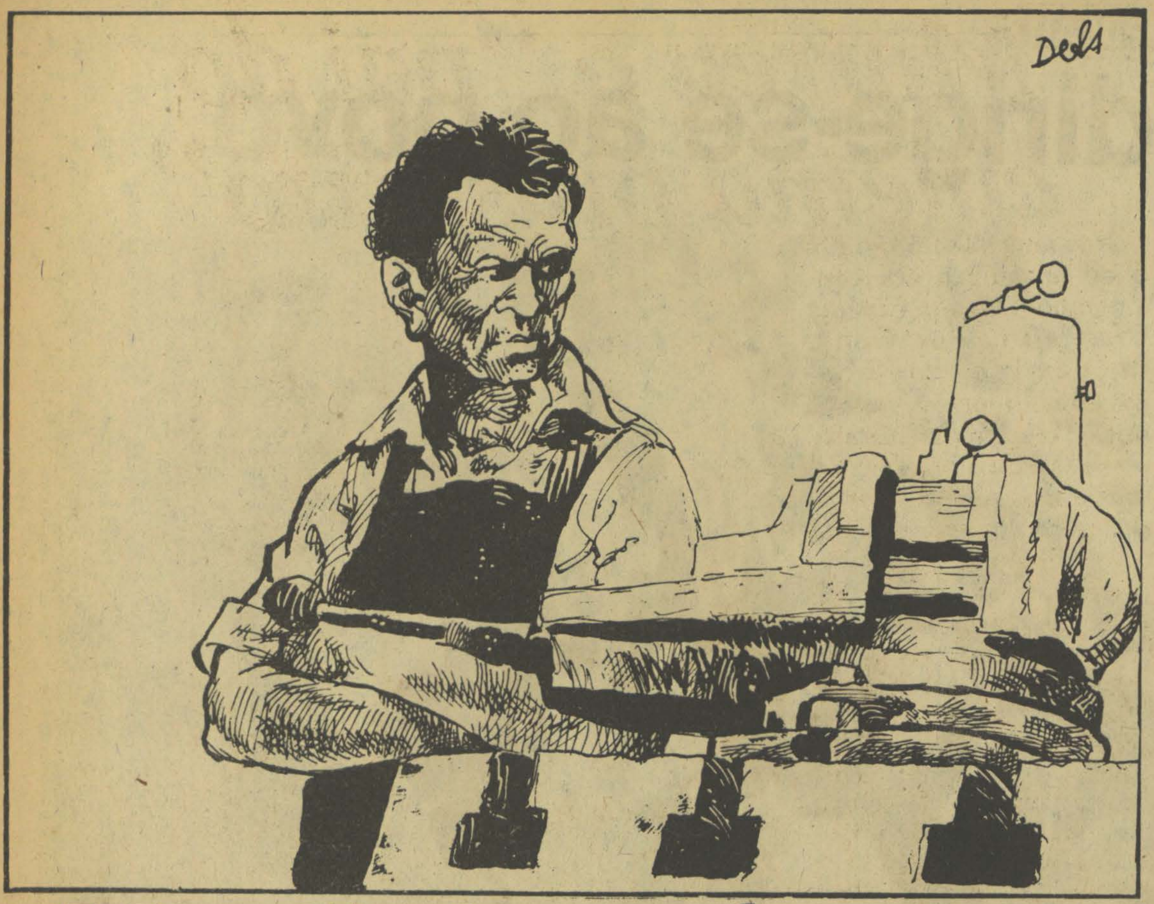


Foto: Luis C. Leite

Para Sérgio Barroso, dos Médicos de Alagoas, "não há por que continuarmos divididos". Já para José Francisco, da Contag, é preciso ser flexível. Opinião oposta tem Del Prá, da Federação dos Metalúrgicos do Rio, que diz: "a Cut de São Bernardo acabou", e afirma: "eles é que têm que nos procurar".

José Francisco, presidente da Contag e um dos que mais se bateu pela volta à unidade, julga que "há definições claras deste Congresso no sentido de buscar a reunificação do movimento sindical. Isto vai depender da flexibilidade de ambos os lados, que eu espero que exista".

A própria CUT-São Bernardo, num documento distribuído em Praia Grande, afirma, ainda timidamente, que "está disposta a somar forças com todos os setores do movimento sindical e está aberta ao debate". Para Jair Meneguelli, que esteve em Praia Grande no dia 4, "nossas divergências são superadas por um número maior de convergências, na defesa dos direitos dos trabalhadores. Entendemos que o inimigo comum é a ditadura".

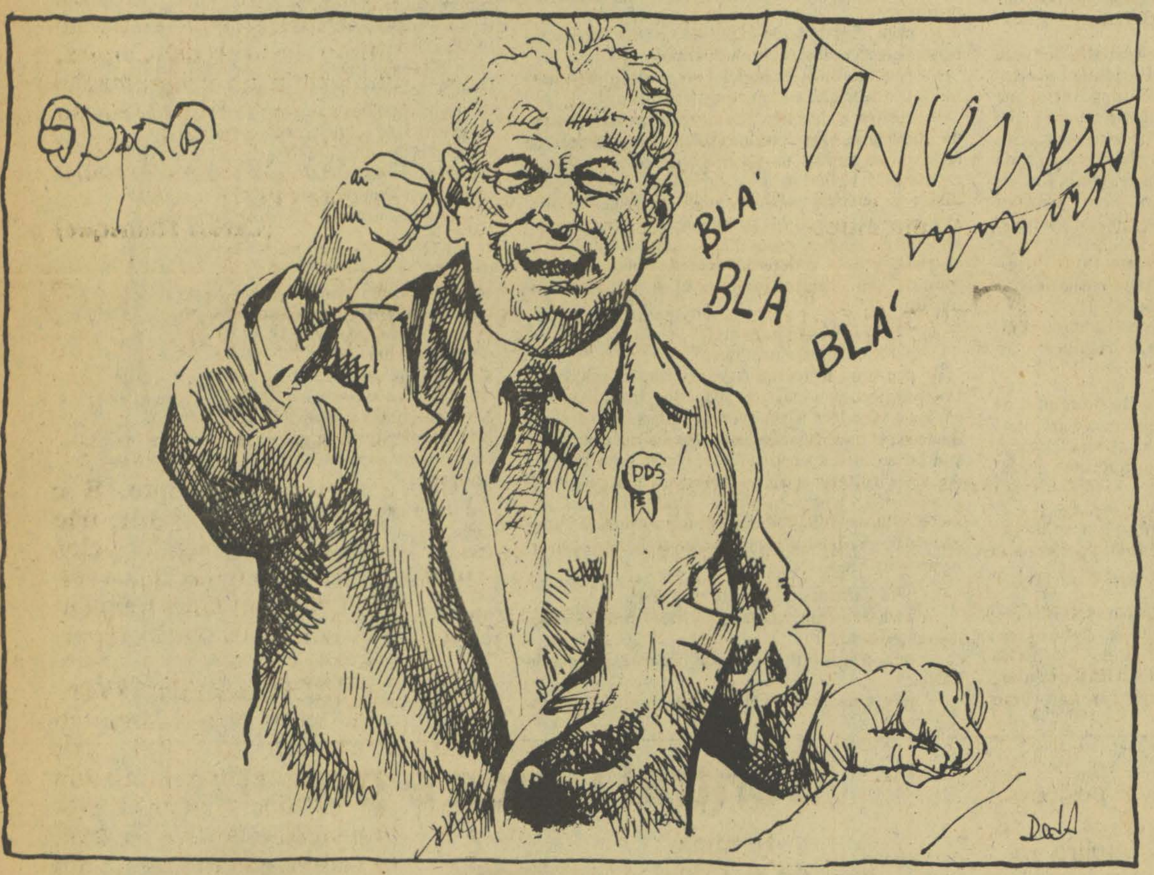


Mecânicos fazem greve em Assis

No dia 24 de outubro, os mecânicos da Comercial de Veículos Autorizada Freire Ltda., revendedora da Volkswagen em Assis, pararam de trabalhar. Os mecânicos, após terem picado o cartão, sentaram no local de trabalho e passaram a discutir seus direitos e decidiram que não voltariam a trabalhar caso todos não fossem registrados na carteira. Assim receberiam um salário fixo, além das comissões.

Todos os mecânicos que trabalham nas revendedoras da cidade de Assis não são registrados, portanto recebem uma porcentagem de 50% dos serviços que fazem durante o mês. No mesmo dia 24, depois do almoço, os mecânicos de uma outra revendora autorizada da Chevrolet, a Suprema, copiaram a iniciativa de luta dos companheiros da Freire.

Na primeira reunião com o Sindicato, os mecânicos foram bastantes objetivos: "Vamos lutar até o fim, se não derem o que queremos vamos sair na rua com o macacão da firma. Ficaremos parados e os funileiros também param junto com os outros mecânicos da cidade". No dia 27 o Sindicato procurou um acordo, pedindo ao pessoal que voltasse ao trabalho. A reunião do dia 29 foi vitoriosa para os mecânicos. Estes receberão o salário fixo como queriam e mais uma comissão de 80% dos serviços prestados à firma. **(do correspondente em Assis, São Paulo).**



Moradores de Belém não querem diretora estúpida

Em Belém do Pará existe um bairro chamado Benguí, no qual moram aproximadamente oito mil habitantes. Neste bairro existe um posto de atendimento pertencente à prefeitura municipal desta capital. E em nome do nosso povo sofrido, humilhado e renegado, estamos fazendo esta denúncia contra uma senhora por nome "Carmen", que é funcionária daquele posto de atendimento, mas que se diz diretora, sendo apenas agente administrativo.

Somos maltratados por essa senhora, que está sempre pronta para responder mal à qualquer pessoa. Esta senhora é estúpida, grosseira e não serve nem para trabalhar com animais irracionais. Ela diz ser diretora e que enquanto ela estiver dirigindo o posto ela faz o que quer.

Para que não bastasse, essa mulher trata mal os próprios funcionários, humilhando-os e gritando com os mesmos. Esta mulher, além de pouca instrução, tem apenas o curso de atendente, tendo seu certificado cassado por más atitudes. Vejam o tanto que esta mulher é incompetente; jamais poderia assumir um cargo de diretora. Muitas vezes os próprios funcionários fazem denúncias contra ela, mas a mulher é mesmo uma fera, pois ela cega os olhos de seus superiores para que não vejam e jamais acreditem no que ela é capaz de fazer.

Nós, moradores deste bairro, queremos que algumas providências sejam tomadas. Só assim teremos um bom atendimento, já que não podemos pagar médico particular. **(R.M.M. -Belém, Pará).**

"Me trataram como um cão vira-lata"

Escrevo para informar aos leitores deste combativo jornal alguns acontecimentos pelos quais passei. Em Porto Velho, Rondônia, registrei-me em um hotel sem as mínimas condições de higiene e ainda por cima fui assaltado.

Na noite da ocorrência eu comecei a passar mal. Estava com desidratação. Fiquei de cama um dia inteiro. No outro dia procurei um hospital e depois a LBA (Legião Brasileira de Assistência) e consegui uma passagem até Cuiabá, Mato Grosso. Em Cuiabá procurei novamente a LBA para tentar conseguir outra passagem até o Rio de Janeiro, mas só que lá eu fui muito mal tratado, como um marginal qualquer. A assistente social me tratou como se eu fosse um "cão vira-lata leproso" e praticamente me expulsou de lá, dizendo que só atendiam "doentes".

Não dá prá entender. Ministros, deputados, senadores, governadores, não vivem falando que o Brasil é um país jovem, cheio de atributos, rico em recursos naturais e humanos? No meu modo de ver e entender, eles falam isso porque nunca precisaram encarar uma LBA ou Cetrem. Creio também que o povo sabe disso, mas tem um pouco de receio, pois os fascistas estão no poder, como os mariscos no casco do navio. **(J.E.S.F.-Teresópolis, Rio de Janeiro).**

Flagelados da Paraíba estão esquecidos

Os nordestinos do sertão da Paraíba estão desesperados por não receberem sua contribuição da campanha **"Nordeste Urgente"**. Muitas vezes estão invadindo casas comerciais onde se vendem donativos. Eles levam o que tiver ao seu alcance. É o único meio de arranjarem o que comer.

Nordestinos dizem que só recebem donativo da SOS quem pertence ao sertão de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. Mas os nossos irmãos do sertão paraibano foram esquecidos pelos agentes responsáveis pela campanha.

Onde estão as autoridades e os políticos que dizem fazer tudo pelo Nordeste e não o fazem? Só fazem alguma coisa quando é tempo de política eleitoral, quando chegam ao nordeste e ao interior iludindo e explorando a consciência do pobre nordestino, enganando com esmola de dinheiro e pedaço de chita em busca de um voto. **(um leitor de Souza, Paraíba).**

Prefeito persegue o povo de S. Mateus, no Maranhão

São Mateus é uma cidade abandonada, onde o prefeito municipal, Francisco Moraes de Araújo, só vive em São Luís e não resolve os problemas do povo. Quando em palanque ele dizia que ofereceria trabalho, educação e saúde para o povo de São Mateus e hoje, depois de eleito, só se vê é perseguição e humilhação. Até os vereadores da oposição são perseguidos pelo prefeito porque ficam ao lado do povo e denunciam as irregularidades. Nonatinho e Francisco Martins de Araújo são os dois vereadores do PMDB que mais se batem pelo povo e defendem o aumento de 223% a quem ganhe menos de um salário mínimo.

As nossas humildes e desamparadas professoras percebem apenas Cr$ 4.800,00, que dá apenas para comprar cinco quilos de carne por mês. E eu pergunto se esta professora não precisa de comprar remédio, de vestir e calçar. Isto é vergonhoso para a autoridade do prefeito e humilhante para quem aceita ganhar tão humilde salário por não ter outro serviço. Mas um mês tem 30 ou 31 dias e não apenas 4 ou 5 dias como quer a matemática mágica do prefeito.

Quero me referir à calamidade em que se encontra o ensino público de São Mateus. As escolas da zona rural estão no mais completo abandono. Onde ele nota que tem povoados que deram bastante votos para a oposição ele não põe escola. Mas eu pergunto: que culpa têm as crianças, como se o ensino público não fosse uma responsabilidade do governo federal, estadual e municipal? **(um leitor da TO em São Mateus, Maranhão).**

Diretor de colégio explora os alunos

Venho pedir que tornem públicas as denúncias a seguir, sobre o diretor Milton Palma, do Colégio Costa e Silva (Salvador) que, segundo ele mesmo, tem o governador do Estado para encobrir suas arbitrariedades.

Eu mesmo fui testemunha de dois almoços oferecidos ao ex-governador Antonio Carlos Magalhães no colégio. Agora é com o atual governo.

Este diretor monopoliza todos os setores do colégio. É dono da cantina, que vende 50% mais caro. Troca a farda (uniforme dos alunos) anualmente, pois recebia comissão da Tóster e como a Olympikus ofereceu mais impõe seus arbítrios trocando as fardas.

Tudo começou com o uniforme da banda marcial: além da comissão a que teve direito, o diretor comprou a farda dos professores com parte dessa comissão e mantém essa banda em ação só para desviar verbas. O outro instrutor saiu por causa disto. Além destas coisas que torno público existe a coação a alunos, as reprovações etc.

Deixo bem claro meu nome escrito para o direitor saber que não tenho medo dele. **(Paulo Roberto, instrutor, e alunos-Salvador, Bahia).**

Aluno denuncia perseguição

Fui prejudicado faltando um mês para o término das aulas e me arrependi em ter me matriculado no Colégio Estadual Wilson Gonçalves. Levei um atestado justificando o meu caso e não foi aceito. Por qual razão esses professores querem me prejudicar? Se não recebem seus ordenados não é minha culpa e sim de quem não lhes paga.

Denuncio e não tenho medo e sim receio dessa sujeira, onde desapareceram 42 ventiladores desse colégio. Por quê e quem autorizou a saída desses ventiladores no mês de junho, deixando os alunos em um calor tremendo, numa sala abafada?

Fui prejudicado por falta de atendimento de uma professora, dona Alacoke, que me disse que eu poderia até falar com a secretaria de ensino do Ceará, que não impediria dela me reprovar, pois meu atestado nada comprovaria da minha doença. Isto é um grande insulto a um médico formado que me assistiu e me deu o atestado. Não gosto de política suja por ser consciente e honesto. E enquanto este regime de política suja estiver no poder, sujeira e corrupção há de haver. **(João Eudes Jacinto de Lima-Crato, Ceará).**

fala o POVO

Neste número quatro cartas falam da situação de opressão e miséria em que vivem os professores e alunos nas escolas. No Maranhão as professoras recebem um salário de apenas Cr$ 4.800,00. Enquanto isso em um colégio de Salvador, o diretor tira gordas comissões às custas dos alunos. Casos gritantes como estes existem aos milhares. Portanto, professores e alunos, continuem a nos escrever relatando estas arbitrariedades.

Professor presta homenagem à líder Margarida Maria

Sou professor da rede pública de Pernambuco, participei do movimento político da década de 60 e estive preso por três vezes em meu estado. Em 70 cursei o Instituto de Letras e me dediquei intensivamente, entre outras coisas, ao ensino público. Leio semanalmente a **Tribuna Operária** que um amigo me traz após lê-lo. Já teria feito uma assinatura se minhas condições econômicas como professor de Estado falido não fossem tão más.

Espero, dentro de minhas limitações, cooperar com a **TO** e para isso envio duas poesias que fiz, mas sem aquela pretensão de poeta, e sim, de sentimento, amor e confiança no futuro de meu povo, na esperança de que meus filhos e netos tenham o privilégio que não estamos tendo, o de viver numa nação socialista, onde dignidade humana seja uma constante de prática e fé. **(João Paulino-Paulista, Pernambuco).**

LIBERTAÇÃO

Abre o peito Margarida
Deixe o amor de João entrar.
Chute o medo,
Não se aflija,
Tempo bom há de chegar.
Cante a dor
Que o amor renasce,
Lance os braços
Aos quatro cantos,
Anuncie LIBERTAÇÃO
Abre o peito Margarida
Que chegou o amor de João.

Chame as estrelas cadentes
E as estrelas aqui do chão.
— Gritem os versos de protestos:
Vai morrer o sol imponente,
Vai fugir a escravidão.
Abre o peito Margarida
Fecundou o amor de João.

Dancem a roda da Justiça
Que o vento do Leste ensinou...
Amarelo será o deserto
Do trigal que vai florir
Onde a dor se enterrou.
Abre o peito Margarida
Que o amor de João brotou.
Chute o medo
Não se aflija
Todo mundo é professor.

(À memória de Margarida Maria Alves, líder camponesa assassinada na Paraíba, e a tantas outras Margaridas por esse Brasil afora, que lutam por uma sociedade livre e respeito humano.)

Poeta de 12 anos fala da luta e união do povo

A cada dia que passa
o povo sem comida
resiste a cada medida

Um povo sofrido
um povo oprimido
porém nunca vencido

Então um dia
a vida sonhada
a vida desejada
é conquistada

Aí uma flor desabrocha
sobre o odor da dor
sobre o gosto de fel
com a cor da esperança

Há então uma só canção
a canção do coração
Uma frase de paz e amor
apenas uma frase de união
"o povo unido jamais será vencido"

(Alexandre Otavio de Sena-12 anos-São Paulo, SP).

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Atuar onde está a massa

Nunca é demais relembrar as palavras de Lênin: "Para saber ajudar a massa e conquistar sua simpatia, adesão e apoio é preciso não temer as dificuldades, mesquinharias, armadilhas, insultos e perseguições dos chefes (que sendo oportunistas e social-chauvinistas, estão, na maioria dos casos, relacionados com a burguesia e a polícia), e deve-se trabalhar obrigatoriamente onde estejam as massas".

SERVIÇO À BURGUESIA

Atingidas pela "doença infantil do esquerdismo" certas pessoas desconhecem até hoje estas orientações de Lênin e confundem o combate aos pelegos com o ataque aos próprios Sindicatos que estão sob o domínio dos reacionários. Contribuem assim para que parcelas dos trabalhadores ainda com pouca compreensão da luta política, continuem sendo enganadas e manobradas pelas diretorias aburguesadas. Lênin esclarece muito bem: "Sustentamos a luta contra a aristocracia operária em nome das massas operárias para ganhá-las para o nosso lado, sustentamos a luta contra os chefes oportunistas e social-chauvinistas para ganhar a classe operária". E acrescenta: "Seria estupidez esquecer esta verdade... Uma estupidez tão imperdoável, que equivale ao melhor serviço que os comunistas (esquerdistas) podem prestar à burguesia".

O Conclat de Praia Grande foi um exemplo rico de ensinamentos neste sentido. Os pelegos que tinham se apossado da "comissão de organização" pretendiam realizar um Congresso sindical que cristalizasse a divisão do movimento sindical, em oposição ao Conclat de São Bernardo, e que tirasse orientações marcadas pela conciliação com o governo.

PRESSÃO DAS BASES

Mas a conciliação e o divisionismo não correspondem ao interesse das massas cada dia mais oprimidas pelos patrões e pelo governo. A atuação no Conclat de ativistas e lideranças orientados por uma política unitária e firme contra o regime militar, ajudou os trabalhadores a formar uma barreira intransponível para as manobras oportunistas. A grande massa de delegados não permitiu a consolidação de uma outra central sindical e forçou a aprovação de uma Carta de Princípios razoavelmente combativa.

Reuniões deste tipo mostram como certos sindicalistas atrasados podem ser influenciados pela pressão das bases. E mesmo alguns elementos aburguesados que não querem se isolar, são obrigados a fazer certas flexões e aceitar posições mais avançadas quando cresce o movimento de massas. Tudo isto deve ser levado em conta porque permite esclarecer os trabalhadores e elevar o seu nível de consciência e organização. A omissão dos militantes revolucionários nestas batalhas significa deixar livre o caminho para que os agentes da burguesia arrastem para o seu lado muitas forças vacilantes, consolidando o campo reacionário.

UNIDADE URGENTE

No nível atual do movimento sindical, o Conclat de Praia Grande foi uma vitória. Mas não encerra a batalha pela reunificação sindical. É bom considerar que a luta para que as resoluções aprovadas sejam de fato aplicadas será uma batalha igualmente árdua. E, sobretudo, é urgente mostrar aos sindicalistas que participaram do Conclat de São Bernardo que está aberto o caminho para a realização de um Congresso único, dentro do tempo mais curto possível. Mais uma vez se torna importante a atuação de ativistas e lideranças com visão revolucionária para permitir que se elimine a divisão artificial dos sindicatos entre "pelegos" e "combativos" em prol da unidade sindical contra os patrões e contra o governo.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. **Telefone:** 36.7531 (DDD 011). **Telex:** 01132133 TLOPBR.

Jornalista responsável: Pedro de Oliveira
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel

ACRE — Rio Branco: Rua Belém, 91, Estação Experimental Rio Branco — CEP 69900. **AMAZONAS — Manaus:** Rua Simon Bolivar, 231 — A (Pça. da Saudade) — Caixa Postal 1439 — CEP 69000. **PARÁ — Belém:** Rua Manoel Barata, 993. Fone: 222.8293 - Centro - CEP 66000. **MARANHÃO — São Luiz:** Rua do Machado, 174 CENTRO - CEP 65000. **PIAUÍ — Teresina:** Rua Eliseu Martins, 1130, 1º andar - CEP 64000. **CEARÁ — Fortaleza:** Rua do Rosário, 313, sala 206 - CEP 60000. **Sobral:** Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100. **RIO GRANDE DO NORTE — Natal:** Rua Fonseca e Silva, 1098, sala 602, Alecrim - CEP 59000. **PARAIBA — João Pessoa:** Rua Padre Meira, 30, sala 108 - CEP 58000. **Campina Grande:** Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar - CEP 58100. **PERNAMBUCO — Recife:** Rua Sossego, 221 - Boa Vista - CEP 50000. **Cabo:** Rua Vigário Batista, 239 - CEP 54500. **Garanhuns:** Rua 13 de Maio, 85, 1º andar, sala 3 - CEP 55300. **ALAGOAS — Maceió:** Rua Cincinato Pinto, 183, Centro - CEP 57000. **Arapiraca:** Praça Marques da Silva, Ed. Arthur F. Neto, apto. 312 CEP 57000 **SERGIPE - Aracajú:** Rua João Pessoa, 299, sl. 28 - CEP 49000. **BAHIA - Salvador:** Rua Sen. Costa Pinto, 845, Centro - CEP 40000. **Feira de Santana:** Av. Santos Dumont, 218 Centro - CEP 44100. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. **Camaçari:** Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. **Itabuna:** Av. Juracy Magalhães, 180, sala 204 - CEP 45600. **Juazeiro:** Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060. **MINAS GERAIS — Belo Horizonte:** Av. Amazonas, 491, sala 817. Fone: 224.7605 - CEP 30000. **Juiz de Fora:** Galeria Constança Valadares, 3º andar, sala 411 - CEP 36100. **GOIÁS — Goiânia:** Rua 27, nº 69, Centro - CEP 74000. **DISTRITO FEDERAL — Brasília:** Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302. **MATO GROSSO — Cuiabá:** Rua Comandante Costa, 548. Fone: 321.5095. CEP 78000. **MATO GROSSO DO SUL — Campo Grande:** Rua Antonio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. **ESPÍRITO SANTO — Vitória:** Av. Vitória, 961 - Forte São João - CEP 29000. **Cachoeiro do Itapemirim:** Pça. Geromino Monteiro, 89, sala 02 - Centro 1 Cachoeiro - CEP 29300. **RIO DE JANEIRO — Rio de Janeiro:** Rua São José, 90, sala 2208 - CEP 20000. **Rio de Janeiro:** Rua Carvalho de Souza, 155, loja F, Madureira - CEP 20000. **Niterói:** Av. Amaral Peixoto, 370, sala 807 - CEP 24000. **Duque de Caxias:** Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. **Nova Iguaçú:** Rua Otávio Tarquínio, 74, sala 605 - CEP 26000. **SÃO PAULO — São Bernardo do Campo:** Rua Tenente Sales, 229, sala 32 - CEP 09700. **São Caetano do Sul:** Rua Sta. Catarina, 39, sala 303 - CEP 09500. **Campinas:** Rua Regente Feijó, 592 - CEP 13100. **Marília:** Rua Dom Pedro, 180, 1º andar - CEP 17500. **Piracicaba:** Rua Gov. Pedro de Toledo, 1367 - CEP 13400. **Ribeirão Preto:** Rua Sergipe, 119 - CEP 14100. **Santos:** Av. D. Pedro II, nº 7 - CEP 11100. **São José dos Campos:** Rua Sebastião Humel, 185, sala 7 - CEP 12200. **Taubaté:** Rua Souza Alves. 632, SALA 5 - CEP 12100. **PARANÁ — Curitiba:** Rua Martim Afonso, 370 - CEP 87000. **Londrina:** Rua Sergipe, 891, salas 7 e 8 - CEP 86100. **RIO GRANDE DO SUL — Porto Alegre:** Rua General Câmara, 52, sala 29 - CEP 90000. **Caxias do Sul:** Rua Dr. Montaury, 658, 1º andar, sala 15 - CEP 95100. **Pelotas:** Rua Andrade Neves, 1589, sala 403 - CEP 96100.

A **TRIBUNA OPERÁRIA** é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composta e impressa por Proposta Editorial. Rua Heitor Penteado, 236, loja 8. Tel.: 263.7400 - São Paulo - SP.

No aniversário da cidade a AABA também esteve presente

Albânia obtém destaque na Feira de S. José

A Albânia Socialista foi um dos principais destaques da XIII Feira da Amizade Internacional, organizada pela Sociedade da Promoção Social de São José dos Campos e que transcorreu nos dias 4, 5 e 6 deste mês. A Feira, realizada no Parque Santos Dumont, foi visitada por milhares de pessoas.

O Stand da Albânia foi um dos mais procurados, seja pela sua decoração, com bandeiras vermelhas, objetos de artesanato popular, fotos paisagísticas, revistas e livros, seja pela sua situação ímpar: um país socialista que desconhece a crise econômica, inflação e desemprego, coisas que fazem parte do nosso pesadelo diário. Por isso, era grande a curiosidade das pessoas que procuravam o Stand, sempre perguntando muito, algumas lamentando que os meios de comunicação não tragam informações sobre este pequenino e bravo país soberano e que pratica, no plano internacional uma política de paz, não aceitando a ingerência de nenhuma potência imperialista ou socialimperialista nos seus assuntos internos.

Esse grande desejo de travar conhecimento com a Albânia resultou na venda de inúmeras publicações albanesas, traduzidas para o português ou espanhol. Particularmente o livro "Socialismo na Albânia, do jornalista Jaime Sautchuk, que já está na segunda edição, teve grande aceitação.

"DÊEM SEU PREÇO"

Uma das coisas que mais atraíram os visitantes do Stand montado pela Associação de Amizade Brasil-Albânia foi o conjunto de peças de artesanato albanês em cobre e madeira, as tapeçarias e também os belos trajes típicos, vestidos por sócias da AABA. Todos eram unânimes em destacar a criatividade e o talento do artesão albanês. "Quanto custa" — perguntavam os visitantes acerca das peças apresentadas na mostra. Alguns, ao saberem que se tratava apenas de uma exposição insistiam: — "Dêem seu preço. Pago quanto vocês pedirem".

A COZINHA ALBANESA

Pratos de nomes estranhos e de sabor agradável, iguarias da cozinha albanesa, também eram vendidos num canto do Stand. Quem provou, gostou e até repetiu: a Byreca (espécie de pastel folheado com recheio), o Piter (espécie de pão sírio), o Salce Kos (coalhada seca) e o Kafe Turk (café turco), que provocou a seguinte indagação de um dos visitantes do Stand "Opa Muito bom! Mas é turco ou albanês?". Um amigo da Albânia que esteve por lá, para não ter que repetir toda explicação sobre a influência da cozinha turca na Albânia e em toda a Península Balcânica devido à longa dominação do Império Otomano, safou-se com essa resposta: "É turco, mas... à la albanesa".

UM PASSO À FRENTE

As músicas albanesas, reproduzidas durante toda a Feira em fitas K-7, constituíram uma atração à parte. A potente voz dos menestreis do "País das Águias", cantando a bravura dos albaneses; desde as inesquecíveis batalhas do Libertador Skenderbeu contra o Império Otomano, até a epopéia da Luta de Libertação Nacional e da construção do socialismo sob a direção de Enver Hoxha, animou o Stand da AABA.

Ao longe, na Avenida, ao lado das bandeiras de 19 países, entre os quais o Brasil, tremulava o pavilhão vermelho, tendo ao centro a águia bicéfala, símbolo do destemor e da prontidão albanesa. Na opinião dos diretores da AABA "este evento representou um passo à frente no trabalho que a entidade desenvolve no Brasil, divulgando os êxitos e experiência da Albânia Socialista, estreitando os laços entre os dois países e povos. Muita gente está interessada em visitar a Albânia e se filiar à Associação. Nós estamos com as portas abertas a todos os que queiram conhecer algo sobre a Albânia e contribuir para torná-la querida no nosso país".

Publicações da Editora Anita Garibaldi

O Eurocomunismo é Anticomunismo (E. Hoxha)	**Cr$ 1.500,00**
O Imperialismo e a Revolução (E. Hoxha)	**Cr$ 1.500,00**
Relatório ao 8º Congresso do PTA (E. Hoxha)	**Cr$ 1.000,00**
Discurso aos eleitores (E. Hoxha)	**Cr$ 400,00**
Guerrilha do Araguaia (2ª edição)	**Cr$ 2.000,00**
Farabundo Martí, herói de El Salvador	**Cr$ 400,00**
Os Comunistas e as eleições (V. I. Lênin)	**Cr$ 600,00**
A Educação Revolucionária dos Comunistas (D. Arruda)	**Cr$ 800,00**
O Revisionismo Chinês de Mao Tsétung (J. Amazonas)	**Cr$ 1.000,00**
Pela liberdade, pela democracia popular (J. Amazonas)	**Cr$ 800,00**
Socialismo - ideal da classe operária (J. Amazonas)	**esgotado**
Princípios (Nºs 3, 4, 6) o exemplar:	**Cr$ 500,00**

Pedidos à Editora Anita Garibaldi Ltda., com envio de cheque nominal no valor da compra. Rua Major Quedinho, 300, sala 3, CEP 01050, Bela Vista, São Paulo, Capital.

Morreu o "pai do cinema brasileiro"

Nos anos 40 e 50, o dia 5 de novembro era considerado *Dia do Cinema Brasileiro*. Por ironia do destino, no último dia 5 morreu, aos 86 anos, Humberto Mauro, considerado o *pai do cinema brasileiro*. "Ele serviu de exemplo para todos nós: foi quem mais se aproximou da alma brasileira nos seus filmes", disse o cineasta Nelson Pereira dos Santos.

Humberto Mauro, durante uma de suas filmagens

"Nunca abri um livro de cinema para estudar. Curso de brasileiro é olhar: olhou, viu, fez". Essa afirmação, extraída do depoimento de Humberto Mauro ao Museu da Imagem e do Som, em 1966, denuncia um *programa* artístico e também uma vocação. Cinema é olhar e fazer, parece dizer. E, em sua longa carreira, Humberto Mauro não fez outra coisa: olhar e fixar as imagens da realidade que o rodeava. Em 1925, com uma câmera emprestada, fez seu primeiro curta metragem, *Valadião, o Cratera.*

Ele próprio, em 1972, num prefácio de livro, descreve esses primeiros tempos: "Não fora a fé que remove os obstáculos e a compreensão e apoio de toda minha família, eu teria voltado aos meus afazeres no campo da eletricidade e do rádio. Em Cataguazes em 1925, já nas primeiras tentativas, começaram a pôr de quarentena minha sanidade mental. Um pouco mais tarde houve melhor compreensão e fundamos a Phebo Filme Sociedade Anônima, com o capital de 150 contos, ou Cr$ 150. Era na época muito dinheiro". Dessa maneira nasceu em Cataguazes, Minas Gerais — longe dos centros industriais do país — uma indústria cinematográfica que fez escola no cinema brasileiro.

Humberto Mauro dirigiu 12 longas, alguns dos quais de grande importância para nosso cinema, como o clássico *Ganga Bruta*, de 1933, seu primeiro filme sonoro. Colaborou também em 12 outros longas, como intérprete, roteirista, fotógrafo ou adaptador de diálogos (ele traduziu para o tupi os diálogos de *Como era gostoso o meu francês*, 1971) Além disso, deixou 250 médias e curtas-metragens, muitos deles para o antigo Instituto Nacional do Cinema Educativo.

Usando pessoas de sua cidade e sua família como intérpretes, com uma linguagem simples de poeta que fala ao povo das coisas que o povo conhece, fixando a realidade social, a violência nas relações amorosas, ou as imagens singelas e populares de cantigas como *Chuá-Chuá, João de Barro, Casinha Pequenina* e muitas outras, o cineasta mineiro encontrou tempo ainda para compor um "Vocabulário de termos tupis".

Humberto Mauro só foi "descoberto" nos anos 60, depois do *Cinema Novo*. Desde então, foi homenageado com quase todos os prêmios importantes do cinema brasileiro. Mesmo no exterior, onde não recebeu nenhum prêmio, sua obra foi homenageada, como no último festival de Cannes, que exibiu na programação oficial seus filmes *Brasa Dorminda* (1928), *Sangue Mineiro* (1929) e *Tesouro Perdido* (1927).

(Carlos Henrique)

Crescimento constante do xadrez no Brasil

O enxadrismo paulista viverá grande movimentação no fim de semana prolongado de 15 de novembro. O Clube de Xadrez de São paulo estará promovendo o torneio aberto Márcio Elísio de Freitas, que será disputado em sete categorias. Qualquer enxadrista poderá participar nas divisões infantil, feminino, principiante, categorias 3, 2 e 1 e geral.

O nome do torneio homenageia o doador do prédio de quatro andares que abriga a sede do clube (rua Araújo, 154, centro). No mundo todo, nem uma associação desse tipo detém tão grande patrimônio. "É a maior infra-estrutura de todos os clubes de xadrez do mundo", diz o mestre internacional Alexandro Segall, um de seus diretores, sem conter o orgulho. E continua: "O objetivo do clube é popularizar o xadrez, e livrá-lo do estigma de esporte elitizado". O torneio é um esforço nessa direção.

Segall acha que a participação nos torneios oficiais não tem crescido proporcionalmente ao aumento dos praticantes do esporte porque a exigência de "rading" (pontuação) restringe as inscrições. E como são poucos os torneios paralelos, o Clube está programando mais competições como essa, que pontuará os vencedores habilitando-os a ingressar nas promoções da Federação.

CRESCIMENTO DESPROPORCIONAL

A penetração do gosto pelo tabuleiro junto à população vai crescendo devagarinho, mas sempre. E o que é mais importante, não tem sido ameaçado pelos golpes comerciais que vêm, cada vez com mais freqüência, ferindo os outros esportes.

ADEPTO DEFINITIVO

A opção pelo xadrez, ao contrário do vôlei, por exemplo, não é motivada por out-doors ou pela programação esportiva da tevê. O xadrez quando seduz um novo admirador, ganha um adepto definitivo, que não dependerá de vitórias bombásticas para manter a ligação com o tabuleiro.

Isso talvez explique a satisfação de Segall ao afirmar que "nos últimos dez anos diminuiram os motivos das nossas lamentações". Mas mal começamos a engatinhar. A URSS tem cerca de 5 milhões de jogadores que já disputaram pelo menos uma partida oficial. No Brasil temos apenas 3 mil nas mesmas condições.

Na opinião de Segall, isso ocorre pela particularidade do clima excessivamente frio, que obriga as pessoas a permanecerem longo tempo em casa, dedicando-se às leituras e jogos. Essa característica popularizou o xadrez desde o século passado, nas cidades e no campo.

A partir da Revolução Bolchevique, em 1917, o xadrez passou a constar do currículo das escolas de primeiro grau. Prática mantida mesmo após a traição revisionista no país. Lênin jogava xadrez, e incentivou a sua difusão.

Não é por acaso, portanto, que dos quatro semifinalistas do torneio de desafiantes, três são soviéticos — Smislov, Kasparov e Korshnói, este último, dissidente desde 1976. Um deles fatalmente disputará o título mundial com outro soviético, Karpov, campeão desde 1974. (J. Madureira).

Górki joga com Lênin - incentivo ao xadrez após a Revolução

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Conclat exige fim do regime

Um repúdio enérgico, e para alguns surpreendente, ao regime militar foi aprovado no Conclat (Congresso Nacional da Classe Trabalhadora) reunido em Praia Grande nos dias 4, 5 e 6, com 4.248 delegados e 1.256 entidades sindicais de todos os Estados. A pressão da base mudou muita coisa nas resoluções, apesar das resistências na cúpula.

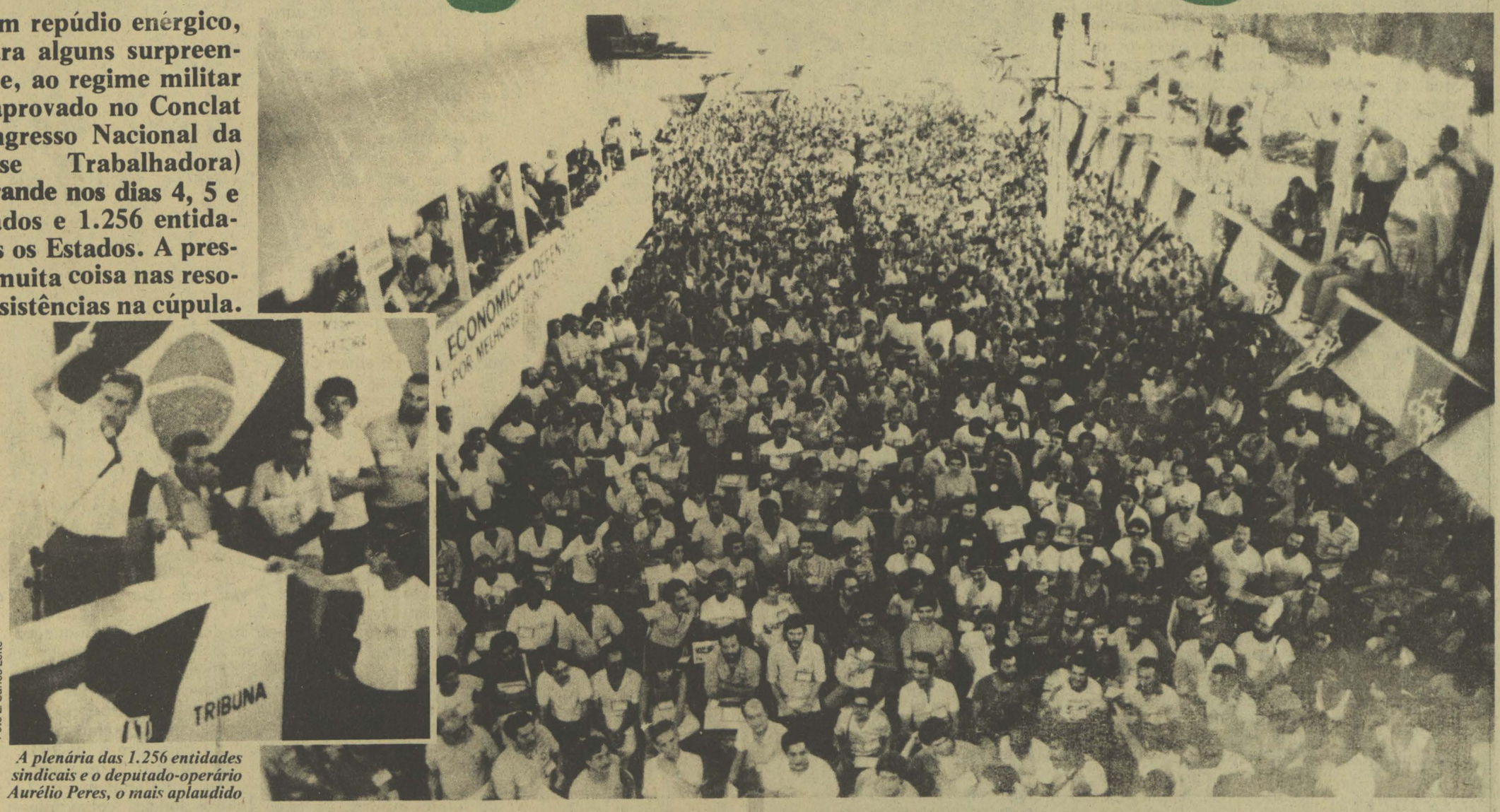


Foto L. Carlos Leite

A plenária das 1.256 entidades sindicais e o deputado-operário Aurélio Peres, o mais aplaudido

Este saldo positivo ficou ainda mais patente porque a forte presença conciliadora na cúpula do Conclat criava para ele dois sérios riscos. O primeiro era que se aprovasse ali a proposta de "entendimento" e "solução negociada" com o governo Figueiredo. Qualquer operário com sentimento de classe pode imaginar como seria calamitoso se essa proposta burguesa recebesse o aval de um setor tão ponderável dos sindicatos. O segundo risco, igualmente grave, era de que se cristalizasse a cisão que desde agosto atrapalha o sindicalismo brasileiro: chegou a se pensar na criação de uma Central de Praia Grande, "concorrente" com a chamada CUT-São Bernardo, o que teria retardado bastante a reunificação do movimento, com graves conseqüências para os trabalhadores.

Nas plenárias, o triunfo da combatividade

Três fatores favoráveis salvaram o Conclat-Praia Grande tanto da conciliação com o regime, como de um acirramento da cisão sindical. Um deles foi a crise global e aguda que o país vive. A cascata de decretos de corte salarial, a subserviência frente ao FMI, as medidas de emergência em Brasília — tudo isso levou ao auge o descrédito do governo Figueiredo junto ao povo. E ecoou com força em Praia Grande. Outro fator foi a composição social deste Conclat (veja o quadro): a predominância maciça de 70% de delegados operários e camponeses não poderia deixar de empurrar no sentido de resoluções mais avançadas. Por fim, influiu no Congresso a ação corajosa e madura de diferentes setores engajados no avanço e na reunificação do movimento sindical, ação esta que encontrou eco na grande massa de delegados, inclusive em setores da direção do evento, como a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

O progresso no posicionamento dos delegados ao longo do Conclat era visível a olho nu. A princípio, nos debates em comissões, ainda dominava certo amarramento às teses da comissão organizadora: a toda hora, os mesmos delegados que aplaudiam entusiasmados uma proposta mais avançada, em seguida votavam, a contragosto, em oposição à emenda que haviam aplaudido. Mesmo assim, foi ali que as barreiras começaram a ser rompidas.

Nas sessões plenárias estas posições iriam empolgar os delegados e triunfar, para surpresa dos que julgavam tudo já decidido de antemão. Como disse o delegado dos metalúrgicos de São Paulo e deputado federal, Aurélio Peres, "se isto aqui era um jogo de cartas marcadas, como falavam, nós delegados tiramos muitas dessas cartas fora do baralho".

Logo na primeira votação sobre a dívida externa, não houve sequer quem defendesse a posição original, a mais recuada, de "renegociação, incluindo a moratória". Apresentaram-se dois substitutivos: "moratória unilateral e soberana estabelecendo-se condições e prazos, assegurando-se à Nação o total conhecimento do perfil da dívida", ou "suspensão do pagamento da dívida, até que a Nação se pronuncie a respeito".

A mesa encaminhou a votação, apesar de José Francisco, presidente da Contag, ter ponderado que seria melhor unificar as propostas, por julgá-las muito próximas. E a moratória unilateral e soberana obteve uma vitória apertada, que exigiu recontagem.

Uma brecha para os sectários dos dois lados

Porém a votação que marcou mais fundo o Conclat Praia-Grande veio em seguida, em torno da questão-chave, que é a luta pelo poder político.

Foi feita uma proposta de acréscimo à tese de Problemas Nacionais, dizendo que "a fim de levar a cabo estas mudanças econômicas e sociais, é necessário **o fim do atual regime militar** e sua substituição por **um novo governo** que represente os interesses nacionais, democráticos e populares". A importância do acréscimo residia em que, caso ele fosse vencido, estariam abertas as portas para o Conclat aprovar o "entendimento" e o "acordo" com o governo antioperário e anticamponês de Figueiredo.

A massa de delegados, atenta e participante, acompanhou cada palavra dos oradores, em especial o brilhante discurso de Aurélio Peres, talvez o mais aplaudido do Conclat. Aurélio passou em revista os 20 anos de crimes do regime militar, "em que o grande alvo sempre foi o povo", terminou, sob uma tempestade de aplausos, sublinhando que "não se trata de melhorar esse governo, temos é que pô-lo abaixo!"

Num esforço supremo para livrar o regime da condenação, Ivan Pinheiro, do Sindicato dos Bancários do Rio, ainda propôs que não houvesse votação, argumentando que não precisava, já que todos ali eram contra o regime. Não adiantou. O plenário ergueu em peso seus crachás, contra a tirania dos generais e pela implantação de um novo governo.

O plano de lutas, antes restrito a alguns anteprojetos de lei, também ganhou um novo conteúdo: além do abaixo-assinado em apoio à "Carta de Praia Grande" (veja o artigo na pág. 5), foram aprovadas **campanhas nacionais de luta** contra o desemprego e o arrocho salarial, pela reforma agrária e pelas mais amplas liberdades políticas.

Outra decisão, destinada a ter forte impacto no movimento democrático, foi: "Propor ao movimento popular (associação de bairro, clubes de mães, comunidades ecleseais de base, entidades estudantis etc.), a todos os partidos políticos, a personalidades democráticas e a entidades representativas da sociedade civil (OAB, ABI etc.) a realização de um **Encontro Nacional pela Democracia e em Defesa da Soberania Nacional**".

Quanto ao importante problema da reunificação do movimento sindical, as resoluções foram mais ambíguas. A formulação original do "ponto M", que consagrava de fato a divisão em cada Estado, foi corrigida, garantindo "o caráter unitário das atuais Intersindicais". Reconheceu-se "a necessidade da luta pela reunificação do movimento sindical brasileiro". Propôs-se "um novo Congresso Nacional, procurando assim reunificar organizativamente o movimento sindical". Contudo não se mencionou a CUT-São Bernardo, que também expressa uma parte expressiva do sindicalismo, deixando-se uma brecha que os sectários de ambos os lados poderão explorar para colocar empecilhos à reunificação.

Para encaminhar as decisões do Conclat, foi eleito um Conselho composto por 90 entidades eleitas nas bancadas de cada Estado, mais as Confederações e Federações nacionais. A composição espelha mais ou menos o Conclat, com seus prós e contras. Mas foi escolhida também uma executiva do Conselho — a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) —, formada por 25 entidades eleitas, mais as entidades nacionais. E neste órgão há um evidente predomínio dos que formaram a ala direita do Congresso — agrupados sobretudo em Federações e Confederações.

"Temos é que pôr abaixo esse governo!"

Assim, recai sobre os trabalhadores e suas entidades de base o peso principal da aplicação das resoluções positivas do Conclat. Cabe a eles levar até o fim o combate ao regime militar e a sua política econômica, e a luta pela reunificação do movimento sindical.

(Bernardo Joffily)

Foto L. Carlos Leite

Alice: muitos elogios e algumas gracinhas machistas

A única mulher a falar

Alice Mazzuco Portugal, vice-presidenta da Associação dos Servidores da Universidade Federal da Bahia, foi a única mulher a discursar nas plenárias do Conclat-Praia Grande. Defendeu a reconstrução da unidade do movimento sindical com uma coerência tão implacável e um estilo tão incisivo, que deixou muitos veteranos sindicalistas de queixo caído.

Segundo a própria Alice, isto lhe valeu "muitos comentários elogios, e várias gracinhas também, algumas machistas, outras não". E as mulheres, como reagiram? "Elas levaram a sério — comenta a jovem sindicalista — e comentam que precisamos de mais e mais mulheres falando, em todas as tribunas do movimento sindical e popular."

Ela explica o fato de ter sido a única oradora nas plenárias devido "à opressão secular que sofre a mulher, inibida na expansão dos seus valores". Mas em seguida acrescenta: "Agora esse quadro vem sendo mudado, gradativamente, com o avanço da luta de todo o povo. Em particular hoje, que o povo se defronta com a mais profunda crise já vista e busca alternativas imediatas para botar Figueiredo para fora, as mulheres vêm crescendo. Neste cenário elas se impõem, quantitativa e qualitativamente. E ninguém se esqueça de que, para se conseguir de fato uma mudança, é preciso ganhar a massa de mulheres".

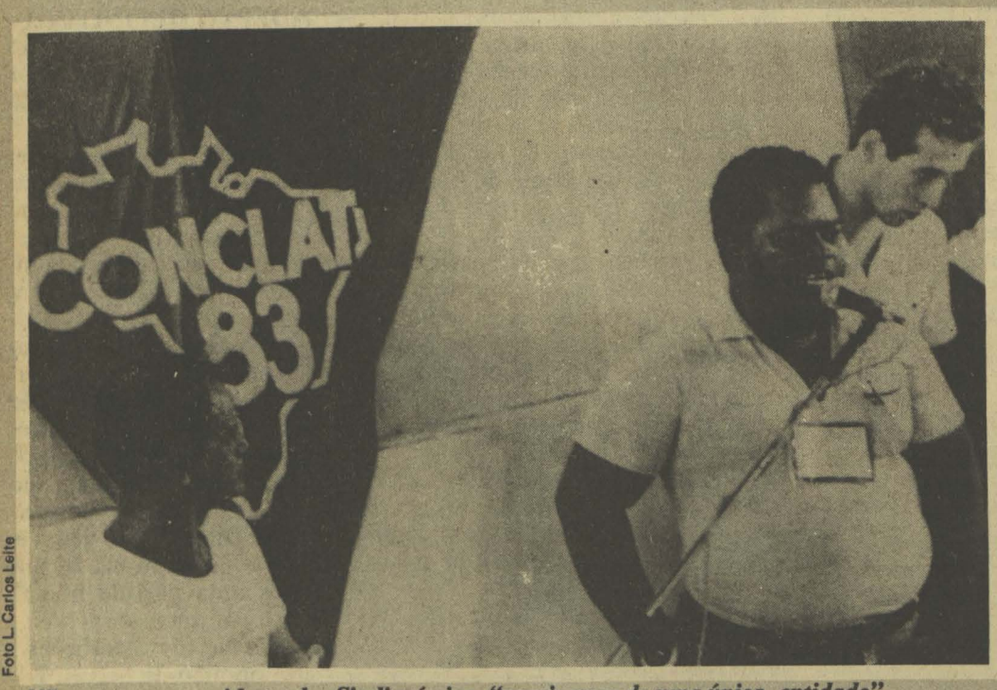


Foto L. Carlos Leite

Nílson: para o presidente do Sindiquímica, "precisamos de uma única entidade"

Nílson Bahia retira-se da CUT

Nílson Bahia, presidente do respeitado Sindiquímica da Bahia, levantou o plenário, na tarde do dia 6, ao anunciar que se desligava da Direção Nacional da CUT-São Bernardo. Os delegados, de pé, gritavam a uma só voz: "Lutar, lutar, lutar até o final, pra reunificar o movimento sindical". Jacques Wagner, também do Sindiquímica, deixou igualmente a suplência da Direção da Central petista.

Nílson tomou da palavra para explicar os motivos do desligamento: "Entendemos que as lutas dos povos passam pela unificação do movimento sindical. A unificação na luta e para a luta se dá no momento em que a gente mais precisa para se contrapor ao inimigo comum", e destacou, entre aplausos, os exemplos da Nicarágua e de El Salvador.

Retiramos o nosso nome da CUT-São Bernardo — prosseguiu Nílson — porque não concordamos com a posição da CUT, que tem uma representatividade superficial. Nem por isso deixamos de ir ao seu Congresso. Como trabalhador, operário, sindicalista há 20 anos, tenho raízes encravadas neste Congresso. Mas por uma questão de justiça também não participaremos da coordenação aqui formada, já que não temos o consentimento da nossa categoria."

Entrevistado pela **Tribuna Operária** logo após seu pronunciamento, o presidente do Sindiquímica mostrou-se preocupado com a reunificação: "Agora, o Conselho eleito deve discutir em pé de igualdade com o pessoal de São Bernardo, sem estreiteza. Precisamos de uma única entidade nacional. Não podemos ter duas centrais, dois pólos que marchem sozinhos. Isto seria uma absurdo, enfraqueceria a luta dos trabalhadores".

Grande número de entidades que participaram do Conclat-São Bernardo, compareceram igualmente à Praia Grande — várias delas com o objetivo explícito de batalhar pela reunificação.

Menos delegados que o previsto, um recorde de entidades presentes e sobretudo uma ampla maioria de operários e camponeses marcaram o Conclat-Praia Grande. Eis os números fornecidos pela comissão de credenciamento:

	Número	%
Total de entidades presentes	**1.256**	**100,0**
Total de delegados presentes	**4.248**	**100,0**
Delegados de diretoria	**2.343**	**55,2**
Delegados de base	**1.905**	**44,8**
Entidades operárias*	**308**	**24,5**
Delegados operários*	**1.393**	**32,7**
Entidades de trabs. agrícolas	**671**	**53,4**
Delegados de trabs. agrícolas	1.575	37,0
Entidades do setor terciário	223	17,7
Delegados do setor terciário	1.019	23,9
Entidades de profs. liberais	42	3,3
Delegados de profs. liberais	224	5,2
Entidades de outros setores	12	0,8
Delegados de outros setores	37	

*Indústria e serviços básicos (portuários, ferroviários, eletricitários, transportes urbanos, etc.)

CEDIM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois